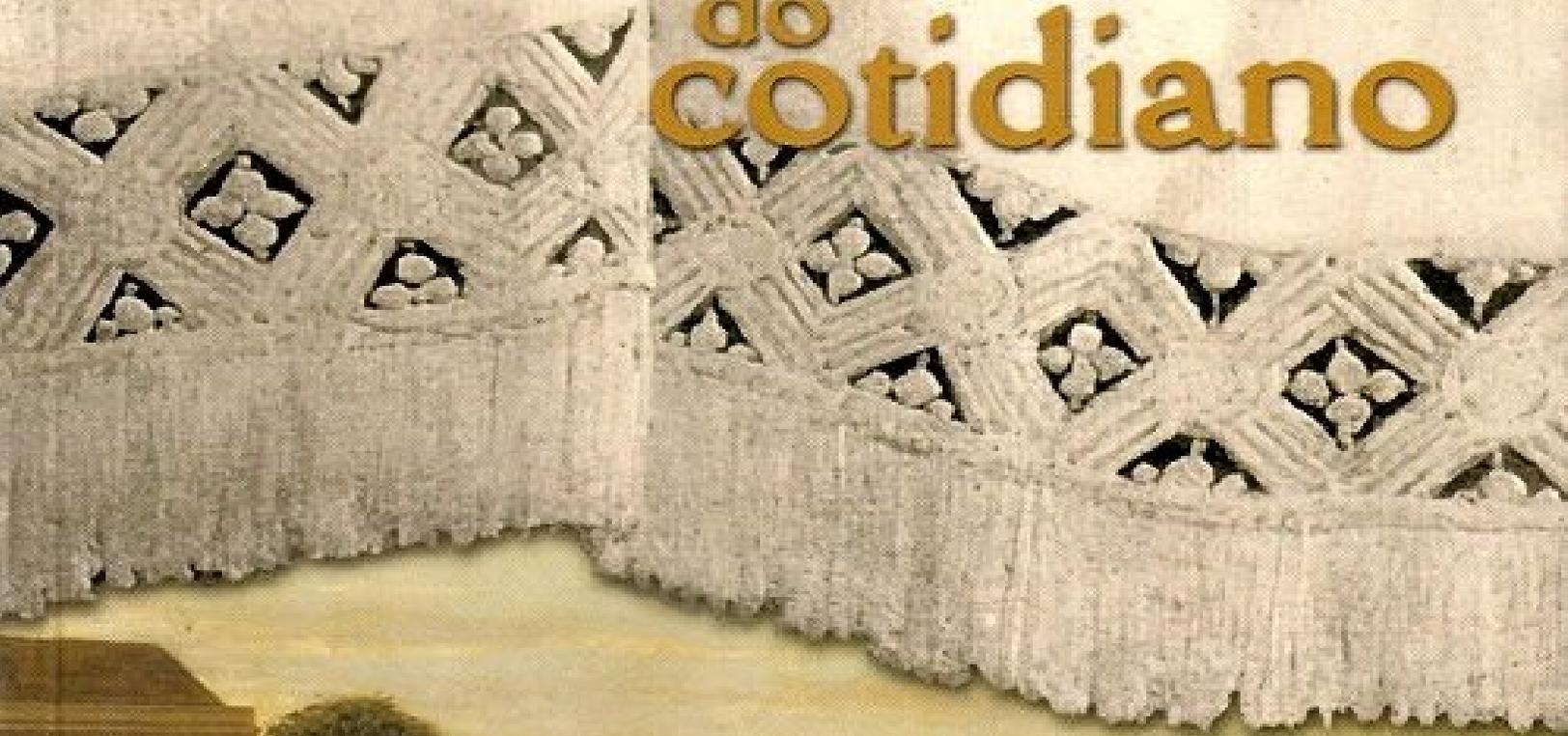


Mary Del Priore
**Histórias
do
cotidiano**



EDITORA
CONTEXTO

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [lelivros.love](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Mary Del Priore

HISTÓRIAS DO
COTIDIANO

2001

EDITORA CONTEXTO

PREFÁCIO

Este livro está agrupado em cinco capítulos temáticos: "corpo", "família", "convívio", "mulher" e "crianças, jovens e velhos". Diferentes dos trabalhos feitos dentro e para a universidade, tais textos têm uma preocupação simples: em vez de focar o extraordinário, o diferente e o novo eles preferem falar da riqueza que está mais próxima de nós, impregnada da aparente banalidade do cotidiano. Muitas vezes, é nas pequenas coisas que julgamos indignas de conhecer que encontramos a maior fonte de curiosidade. Juntamos, dia após dia, tais pequenas coisas, nada desejando modificar, nem colocar em discussão, como se tudo fosse simples e evidente. Esquecemos que somos o resultado de gestos empreendidos nas sequências mais diversas. É sobre eles que quis conversar.

Tal como qualquer conversa amistosa, este livro também se quer apenas um passeio em boa companhia. Alguém já disse que o prazer é coisa misteriosa e o que se tira de uma conversa, depende de pouca coisa: um súbito clima de conivência, uma confissão inesperada, um sorriso roubado. Isso pode ser pouco ou muito. Mas é, sobretudo, a possibilidade de poder associar a conversa a uma forma de intimidade, a uma pausa no dia-a-dia carregado que todos vivemos. Por meio de pequenos textos entendi que, como em toda a conversa, falar de temas variados não é tão simples assim. É preciso encontrar a boa distância de si mesmo e dos outros para fazer assunto. Mais. É preciso sair de si e ir ao encontro dos leitores. Leitores a princípio anônimos e depois, pouco a pouco, partícipes na tessitura dos fios que entrelaçam as relações humanas. Arte do instante, a conversa, como indica sua etimologia latina, significa "comércio e frequência". Logo, uma forma de estar junto. Tais histórias do cotidiano se pretendem uma troca de informações, mas também de sentimentos. De afeto e simpatia. Usando a palavra como espaço de intercâmbio, querem demonstrar que, se cada vez menos há espaço para uma conversa, mais é preciso talhar-lhe um lugar. Afinal, como resumiu um conhecido historiador, "conversar é a arte de ser feliz junto"!

Certa deformação profissional obriga-me a lembrar aos leitores que tenho um débito muito grande com tudo que li e aprendi para me tornar historiadora. Anos entre livros e autores, notadamente os franceses, deixaram marcas nos assuntos escolhidos, nos temas preferidos, numa forma de ver o mundo. Outro débito é para com meus leitores. Infatigáveis nas cartas que enviam, nos comentários que tecem, no estímulo que representam, são os companheiros ideais desse passeio sem preocupações, a não ser de emprestar a escuta mais vigilante. A eles este livro é dedicado.

M.D.P.

Corpo

ARTIFÍCIO E CORPO NATURAL

Sutiã: adereço íntimo de uso diário entre a maior parte das mulheres para acompanhar os cânones eróticos de cada época. Se, hoje, ele serve a dar maior liberdade e elegância aos gestos femininos, consistindo também em um fetiche sensual, sua função, no passado, era bem menos glamourosa. Poucos sabem que até o século XIX usava-se sutiã para corrigir o corpo. Na forma de espartilho — conta-nos o historiador francês Philippe Perrot —, era utilizado seguindo uma tradição medieval que consistia em "enrolar" em criança recém-nascida panos apertados a fim de dar-lhe mais segurança, ao mesmo tempo que modelava o pequeno corpinho. Endereçado às mulheres, ele funcionava como uma fôrma ou um estojo protetor e, sobretudo, corretor de um corpo feminino passivo e amolengado, considerado pelos médicos possuidor de postura "frágil" e ossos "tenros". Com a Revolução Francesa, o espartilho foi proscrito como símbolo aristocrático, tão condenável quanto a peruca e a espada.

No início do século XIX, sob o governo de Napoleão, o espartilho faz sua reaparição para dar respaldo à moda "Império". Essa moda exigia a redução do tamanho do espartilho que, por sua vez, deveria valorizar e separar os seios. Não era mais o caso de criar fôrmas preventivas contra a deterioração do corpo, mas de incentivar subterfúgios, dissimulações e mecanismos de valorização do corpo da mulher. Eis porque aparece, em 1810, o chamado "espartilho à la Ninon". Encarregado de comprimir o estômago, apertar a barriga e realçar o colo, ele era acompanhado por saias cada vez mais amplas, armadas sobre anáguas de duríssima crinolina. A nova couraça, sobrecarregada ainda por ombreiras, respondia a uma representação do corpo feminino supostamente flácido e à noção da anatomia feminina débil.

Conservando intacto o princípio aristocrático de que o corpo não deve demonstrar qualquer sinal ou marca de trabalho físico, o cânone burguês de beleza feminina perenizava as cinturas de vespa, as extremidades pequenas e finas, as peles de pêssego. A autoimolação no interior do espartilho foi um pouco amenizada pelo aperfeiçoamento na elasticidade dos tecidos e a substituição da pesada armadura de panos e couro por fios de aço.

Por volta de 1840, uma invenção marcava uma etapa importante na história técnica e social do sutiã: aprimoraram-se os cadarços, permitindo à mulher desnudar-se ou vestir-se sem ajuda de uma doméstica, do marido ou do amante. Salvo se quisesse apertá-lo muito, a mulher não tinha necessidade de ajuda exterior para entrar no seu sutiã. Tal fato democratizou o acessório e até incentivou sua difusão. No período da *belle époque*, o sutiã consistia num espartilho dotado de duas taças em forma de pêra, cuja forma rígida estreitava-se violentamente na cintura, terminando em bico na altura da barriga. A cintura, cada vez mais apertada, tinha de contrastar de forma chocante com a amplitude das saias. Sempre comprimindo o corpo feminino, o sutiã passa a ser alvo de uma série de discussões de moralistas e higienistas. Médicos como o então famoso doutor Debay não hesitavam em acenar com sinistras estatísticas para combater seu uso:

Espero que o quadro a seguir abra os olhos de mães cegas que, na esperança de que suas filhas tenham um talhe elegante, aprisionam-nas, desde pequeninas, num espartilho inflexível. Tal quadro é

resultado de 40 anos de observações. A cada 100 moças que usam sutiã: 25 sucumbem a males do peito; 15 morrem logo depois do primeiro parto; 15 permanecem doentes depois do parto; 15 tornam-se deformadas; 30 resistem, mas são afligidas, mais tarde, por indisposições mais ou menos graves.

Outro médico, doutor Verardi, acusava a forma de amarrar o sutiã nas costas como o maior perigo, afirmando que "quatro quintos das mulheres físicas teriam se assassinado pela utilização extrema dos espartilhos". O talhe fino, como vocês podem ver, matava! Deplorar seu uso, contudo, não prescrevia o hábito. Meninas continuavam a usá-lo na forma de tratamento ortopédico, mesmo sob as acusações de alguns médicos que o consideram "instrumento deformador e debilitante". Um dos objetivos desta modelagem anatômica era obter um talhe fino, valor erótico, social e simbólico muito conceituado no mercado matrimonial. Mas, com o passar do tempo, os fios de arame vão sendo substituídos por crina de cavalo e o sutiã ganha admiradores entre os moralistas, que passam a identificar uma mulher reta com uma postura de vida escorreita.

A mudança chega com a Primeira Guerra Mundial, e por razões bem mais práticas do que médicas. Um grande número de mulheres entrou para o mercado de trabalho. A socialização dos corpos em torno das máquinas exigia o uso de sutiãs para tornar os movimentos mais firmes. Não se tratava mais de um sutiã destinado a aguçar os sentidos e o desejo masculino, mas algo que protegesse e desse confiança à mulher na sua atividade diária. O primeiro sutiã — já se disse — a gente nunca esquece. Mas é bom não esquecer, também, que até ele tem história.

UM TOQUE DE ILUSÃO

Ao passear entre as gôndolas das farmácias e perfumadas, em meio a mil cremes e cosméticos, quantos de nós dá-se conta que, sobre a cera dos corpos, sobretudo os femininos, cada época e cada sociedade imprimiu suas marcas? Marcas de um ideal ético e estético, marcas de uma ordem econômica ou de uma certa condição de classe que acabam por fabricar aparências — pela mediação de modelos higiênicos, vestimentares, cosméticos. Tomemos o exemplo da maquiagem.

O final do século XVIII combateu vigorosamente as modas da corte francesa de Luís XVI, impondo o fim das perucas, do pós brancos como cal que cobriam cabelos e fisionomias e da toailete artificial. A cosmética do século XIX herdava da Revolução Francesa uma moral baseada na vontade de "ser natural", de possuir uma beleza "sincera". Para atingir esse ideal colocou-se, entretanto, em funcionamento um novo código de beleza. Para atendê-lo, era preciso desembaraçar o rosto de suas opacidades e torná-lo um lugar onde as verdades da alma pudessem ser lidas. A valorização da intimidade e da família exigia seres "demaquilados". Rousseau, o grande filósofo iluminista, combatia a maquiagem como uma "tentativa permanente de reforma da natureza". Exortação vã! Pois o Romantismo do início do século já propunha uma nova moda: a efusão sentimental colocava em cena as cores espectrais, aquelas de reflexos amarelados, esverdeados ou azulados.

Cores que deveriam ser a dolorosa expressão do fogo interior, da doença e da morte próximas.

Sem retornar aos excessos cromáticos do Antigo Regime, mas afastando-se da palidez romântica, o meado de século XIX, ganha algumas cores. A brancura de uma pele menos sofredora continua sendo signo de uma distinção emergente. O tom claro da pele devia ser um símbolo de status, um índice de ociosidade que apenas os ricos podiam ostentar. Um sinal do dinheiro dilapidado na ação de proteger-se dos efeitos degradantes do sol e do ar. A pele curtida e amarelada dos operários e camponeses servia de contraste com a "pele doce, firme e fresca da pessoa que se cuida convenientemente", segundo Madame Celnart.

O interessante é que nesse período surge um discurso médico de apoio à brancura da tez que acabava por perpetuar a moral aristocrática da ociosidade ostentatória. Recomendava-se distância das

praias e do sol, que davam colorações "anormais" à pele, sugerindo o uso de luvas, chapéus, sombrinhas e véus. Junto às proteções artificiais, promoviam toda uma cosmética clareadora feita à base de águas de morango, leites virginais, óleos de cacau, cremes emolientes, máscaras de beleza, cuja composição levava sangue de carne crua ou excrementos. Um "remédio" contra o bronzeamento, diz o Manual das damas, consiste em "lavar o rosto e o pescoço com sangue de galinha [...], sabe-se como o vapor deste sangue é favorável à pele". A aplicação de "tiras de bife" era indicada para rugas e para dar "um frescor juvenil à pele". "Urina de criança de peito" e "tecidos expostos à exalação de matérias fecais recentes", ainda que criticados pelos médicos, que temiam a introdução de "corpos estranhos nos poros", combatiam a flacidez.

A luta pela beleza não parava por aí. As técnicas de maquiagem buscavam copiar o que era belo, sem ultrapassar a natureza. Toda burguesa passa a ter sua "frasqueira de toalete".

Dizia a baronesa Staffe que "era bom que os maridos ignorassem que a beleza feminina conservava-se ao preço de mil cuidados, mas que tais cuidados não podiam evocar a natureza humana e defeituosa da mulher". Melhor, portanto, escondê-los! Por outro lado, os espelhos polidos ganhavam tamanho para refletir o crescente narcisismo. Cabia a eles reproduzir o rosto que recebia, de maneira uniforme e penetrante, a película branca do cold-cream, seguido de um toque do tamanho da cabeça de um alfinete, nas bochechas; vermelho para as morenas e rosa para as louras. A superfície assim tratada ganhava, ao final, uma nuvem aveludada de pó de arroz ou de amido.

Para individualizar as fisionomias — recurso já presente na pintura de Greuze e Chardin — era preciso reforçar olhos e boca. Eles eram a prova de um espírito animado e vivo. Usava-se um composto feito à base de cera virgem, óleo de amêndoas e essências de rosa e fardos escuros de restos de carvão. As sobrancelhas eram penteadas com brilhantina, enquanto outras pilosidades na face eram combatidas com pastas depilatórias, sendo consideradas "um erro da natureza"! A cabeleira, cuidadosamente tratada, participava também na construção desse corpo ideal de onde deveriam ser banidas as marcas da naturalidade.

É curioso observar que, desde sempre, a mulher quis desembaraçar-se de seus pequenos ou grandes defeitos. Mas essa luta revela um terrível paradoxo.— por um lado, a chantagem feroz com os signos da sedução; por outro, o risco trágico da sincera visibilidade, pois o desnudamento do verdadeiro rosto parece-lhe mortal. Sem o filtro da maquiagem, a realidade parece trair a mulher. Para essa, contudo, entre cremes milagrosos e pomadas perfumadas, importa seguir nutrindo o simulacro da sinceridade, a ilusão da verdade. É preciso salvar as aparências, pois apenas as aparências lhe permitem a ambiguidade de ser "outra" enquanto se é ela mesma.

FRAGMENTOS DE UM DISCURSO HIGIÊNICO

Algumas reflexões feitas sob o chuveiro quente, num dia frio de inverno: desde quando seguir o curso histórico da água doméstica ajuda a observar as diferenças entre asseio e repugnância, entre sujeira e limpeza? Para cada cultura e para cada diferente época, a guerra entre "limpo e sujo" desenvolveu-se de um modo específico.

Na Idade Média, por exemplo, cultivavam-se as abluções completas e repetidas. Os cruzados haviam trazido do Oriente o hábito dos banhos de estufa. Esses eram lugares de alegre promiscuidade, onde os corpos eram tratados, depilados e perfumados pelas diligentes mãos do barbeiro, misturando-se à água e ao vapor. Mas o cristianismo nunca incentivou esse uso da água — basta pensar no tradicional encardido monástico —, e passou a desenvolver uma profunda desconfiança em relação aos banhos.

Desde o século XVI, o anátema da Igreja abateu-se sobre as "estufas" e os banhos, sob a alegação de que aí desenvolviam-se atitudes obscenas e condutas licenciosas. Mas os constrangimentos eram também de ordem material. Com o crescimento das cidades, aos fins do século XV, não havia água suficiente ou madeira para aquecer os banhos.

Eis por que a sujeira do corpo sedentarizou-se, passando a ser familiar — mesmo entre os mais ricos e poderosos. Era preciso perfumar o corpo, mas desodorizar também as peças da casa, as salas de baile, os salões de espetáculos. Aromas corpulentos, como o âmbar ou o almíscar, tentavam recobrir a terrível pestilência. O perfumista, homem de segredos entre o alquimista e o médico, é o grande general nessa luta olfativa. Mas será que o exagero odorífico mascarava os afeitos das flatulências fugidas a um controle esfínteriano mais rigoroso? Ou o hálito empestado de dentes que só de vez em quando eram visitados por palitos? Pouco. Vivia-se num contexto no qual o mau cheiro era banal. O castelo de Versalhes — um dos mais belos da Europa — tinha seus corredores e escadas fedendo à urina e a excrementos de seus nobres moradores. Nele, a água só tinha função decorativa na forma de lagos, fontes e repuxos nos belos jardins. Tudo para agradar os olhos, nada para o corpo.

A penúria sanitária do palácio evidenciava-se nas anotações do médico de Luís XIV, quando, ao diagnosticar uma dermatite, justificava compenetrado: "O Rei só tomou um único banho em 1665, e por razões de saúde!". No restante do tempo, aquele que ficou conhecido como o Rei-Sol limpava seu rosto em um algodão embebido em vinho branco — uma vez a cada dois dias. Versalhes possuía em seu mobiliário um total de 274 "chaises-percées", ou seja, lindas poltronas em madeira entalhada e dourada, cujo assento dava passagem a um penico estrategicamente colocado. No rol de roupas contabilizavam-se os chamados "acessórios de comodidade" (que tinham a função do nosso papel higiênico). Os de Madame du Barry eram de renda. Os de Richelieu, de linho; os de Madame de Maintenon, de fina lã. Os pobres faziam como os antigos gregos, servindo-se de plantas e pedras. A burguesia utilizava-se de estopas. Apenas sob o reinado de Luís XVI, na segunda metade do século XVIII, será construído um verdadeiro "gabinete de bem-estar" em mármore, porcelana e mogno.

A utilização da água era desaconselhada para tratar todo e qualquer excreto do corpo. Um livro de medicina de 1671 incitava as mães a só limpar o rosto e os olhos dos filhos com um pano. No século XVIII, a água começa a chegar lentamente, discreta mas possível, agregando-se aos ritos da vida cotidiana. Ao longo do rio Sena multiplicam-se os banhos públicos, onde banheiras possuíam entradas para deixar passar a corrente. O mobiliário sanitário ganhava inovações. O bidê, de estanho ou porcelana, chamado "o confidente das damas", encarregava-se da higiene íntima mas também, em tempos libertinos, de cuidados contraceptivos. As banheiras, que tanto podiam ser alugadas quanto compradas, adquiriam a forma confortável de poltrona, canapé, leito ou chaise-longue. Tais banhos, jamais tomados no inverno, incentivaram a elite a construir "apartamentos para o banho".

O final do século XVIII anunciou uma revolução olfativa que com muito custo chegou aos nossos dias. Com a emergência da burguesia e de seus hábitos de privacidade, passa a ser mais importante "cheirar bem" — aliás, prova de um caráter são — do que camuflar-se dos odores desagradáveis. As narinas abrem-se a fragrâncias sutis e delicadas e até os móveis passam a ser confeccionados com madeiras olorosas. Águas de melissa, junquilha, violeta, essências de canela e anis, pomadas de rosas e lírios passam a revestir o corpo indolente do burguês. A palheta de perfumes manuseada, a partir dessa época, não serve mais para limpar, mas para seduzir. E a geografia física e moral da limpeza vai adquirindo, pouco a pouco, os contornos que são os nossos.

À PROCURA DO CORPO PERDIDO

A feiura é universal, onipresente. Ninguém ousou escrever sua história, nem aquela da solidão e da dor, suas consequências mais imediatas. Há séculos os feios servem de bode expiatório a sociedades muito seguras de suas verdades ou do discurso de suas elites, sempre dispostas a determinar o modelo ideal de "patricinhas & mauricinhos", "peruas & marombeiros". Com a supremacia da imagem na vida do homem moderno, nossa época contínua a instaurar a tirania da perfeição física. Hoje, todos querem ser sadios, magros, jovens. Grassa uma verdadeira lipofobia. Todos parecem querer participar da sinfonia do corpo magnífico, quase atualizando as intolerantes teses estéticas dos nazistas.

Na outra ponta, criaturas como madre Teresa de Calcutá conheciam de perto os horrores do sofrimento físico. Numa entrevista, ela dizia que o trágico da "feiúra" de um leproso era sua solidão, o fato de ser indesejável, não amado, rejeitado. Que se podia fazer tudo por um corpo em sofrimento, mas nada por esse "outro" sofrimento feito de negação. Anônimos, os que não são belos simplesmente recusam seus corpos. Tanto mais quando vivemos hoje a supremacia da aparência. A fotografia, o filme, a televisão e o espelho das academias dão ao homem moderno o conhecimento objetivo de sua própria imagem, mas também a forma subjetiva que ele deve ter aos olhos de seus semelhantes. Em uma sociedade de consumo a estética aparece como motor do bom desenvolvimento da existência. O hábito não faz o monge, mas quase... A feiura vivida como um drama. Daí a multiplicação de fábricas de "beleza", cujo pior fruto é a clínica de cirurgia plástica milagrosa. Os pagamentos "a perder de vista" com "pequenos juros de mercado" parecem garantir, graças a próteses, a constituição de um novo corpo: formal, mecânico, teatral. Corpo que é a efígie do desejo moderno, desejo derrisório de uma perpétua troca das peças que envelhecem—, de nádegas a coxas e panturrilhas.

Essa relação com o corpo implica opiniões contraditórias. Os adversários da cirurgia estética recusam-se em acordar ao corpo uma importância que valha a pena modificar o que conta é a alma ou o espírito. O desejo de modificação torna-se para alguns até mesmo suspeito. Os partidários, por sua vez, acreditam que a forma corporal é uma realidade cujo papel na vida cotidiana está longe de ser pequeno. A cirurgia aqui, é um elemento importante para o equilíbrio psicológico e seus desdobramentos: o casamento feliz", "o sucesso profissional! As pessoas pouco percebem que a chave de um bom relacionamento com a vida passa por certa dose de inteligência, carinho e alegria. Pelo menos é o que afirmam os especialistas!

O tal equilíbrio passa, também, por uma constatação à qual é dada pouca atenção: o culto à beleza, e exclusivamente a ela, é perigoso. Estando intimamente ligado àquele da juventude e do efêmero, torna-se um desafio ao tempo, e mais dramático: ao homem ele mesmo. Pior é quando um modelo de beleza nosso, mestiço, passa a ser ameaçado pelo que vem de fora. Entre nós, aumenta assustadoramente o número de mulheres que opta pela imagem da Barbie americana, dona de volumosos seios de plástico falsos, cabeleiras loiras e lábios de Pato Donald. No outro extremo encontramos a androginia mais absoluta, na qual cada um quer ter as formas do outro, com todas as suas consequências. Inclusive aquela terrível de quando nossas preocupações físicas tomam a frente, significando o medo e a recusa dos que não são como nós. Mal se percebe que nossa sociedade não valoriza a identidade, mas a identificação. Os pequenos defeitos, que outrora davam charme a uma mulher, estão em baixa.

Ora, o Brasil é um país mestiço. Nossos corpos são o resultado de uma longa história biológica em que se misturam índios, negros, brancos de várias procedências e amarelos. O resultado foram ancas, cabelos crespos, a maneira ondulante de andar — que Gilberto Freyre chamava de "morenidade". É preciso proteger e libertar nossa sociedade do que ela pode fazer com ela mesma. É preciso proteger nela sua integridade, sua identidade subjetiva e genealógica, a dignidade de suas formas e das suas cores originais contra o materialismo e o dismantelamento do corpo. Xô Barbies, próteses, anabolizantes, anoréxicas e oxigenadas! Abaixo a insistência em fabricar mulheres sem marcas nem diferenças capazes de individualizá-las. Num país onde são tantas as variáveis corporais, onde graças e desgraças são

distribuídas de acordo com as diversas heranças biológicas e sociais, a imposição de um modelo "perua" importada só é boa quando se trata de veículo de passeio sobre quatro rodas!

ENTRE SER E TER

Um anúncio na televisão: dentro da banheira cheia de pétalas, a atriz sorri. O colo nu desponta na água como uma haste. Da haste, pendem dois globos. Sólidos, opacos. Exatamente como os que são vendidos nas lojas de lustres e afins. Anúncio de lâmpadas? Não. De creme hidratante. A atriz acaba de fazer sua enésima cirurgia plástica. Trocou o tamanho dos seios como a média das mortais troca de penteado. Na sua esteira, as plásticas de mama, triplicaram. Tantas querem ter os seios da atriz e, conseqüentemente, sorrir como ela e ser feliz como ela será ao fim da novela! Como dizem os antropólogos: o assunto é bom para pensar...

Na mídia dos anos 1960, as imagens que enterneciam eram bem outras. A mãe com o filho ao seio, por exemplo. A promoção do aleitamento materno era constante, enquanto descobertas na área de saúde pública, psicologia e dietética infantil incentivavam o mais saudável e amoroso dos hábitos. Curiosamente, o feminismo e o naturismo do movimento hippie colaboravam para cristalizar as manifestações públicas de uma reivindicação que consagrava tanto a liberdade das mulheres em expor seus seios quanto as necessidades sensuais e afetivas dos recém-nascidos. A linguagem progressista coabitava com o mais tradicional dos papéis femininos: ser mãe. Contestação e tradição se davam as mãos. O movimento de liberação sexual remodelava a consciência de feminilidade e da maternidade. Esta era vivida com orgulho. Portava-se a barriga como um emblema. Leila Diniz despiu a sua e a exibiu, vaidosa, aos fotógrafos e ao sol de Ipanema. Todo o corpo feminino mostrava-se ativo, manifestando um extraordinário poder.

O que mudou? Nos anos 1970, desembarcam no Brasil as primeiras bonecas Barbie, possuidoras de seios de globo. Chegavam também numerosas máquinas e técnicas do corpo, instrumentos de um verdadeiro marketing de vivências corporais: o *body business*. Na sociedade de abundância industrial, o corpo tinha uma nova tarefa: ser consumidor. E pior, consumidor em cada uma das suas partes individualizadas. Para as unhas, esmaltes; para os cabelos, xampus; para o corpo, sabonetes e cremes; para o resto, academias de ginástica, aparelhos comprados pelo shop time, cirurgia plástica em dez prestações facilitadas, tudo prometendo beleza para todas!

É incrível como esse modelo deixou o outro para trás. O narcisismo, a preocupação com a manutenção e a apresentação do corpo desenham, hoje, o que estudiosos chamam de "uma nova naturalidade corporal". Não é mais o conjunto do corpo feminino que emana poder, mas cada parte dele. Os seios globulosos, por exemplo, ou tudo aquilo que se pode "malhar" individualmente nas academias com aparelhos que desconectam as diferentes partes: nádegas, panturrilhas, coxas. Essa partição, ao contrário de exaltar o sensualismo ou o contato com a natureza, como ocorria nos anos 1960, levou a uma aproximação mórbida com o organismo. O que não está bom é descartado, trocado, substituído como peça velha e sem uso. É bom começar a pensar o quanto ganharemos nesse jogo, enquanto substituímos o seio nutriz, signo da relação fusional entre mãe e filho, o real papel de doadoras, por aquele artificial, substituível e virtual do globo da novela...

Família

ABORTO: UMA LONGA HISTÓRIA

Desde a Antiguidade até o advento da pílula, o aborto representou a arma de controle contraceptivo de casais legítimos, mas era, sobretudo, utilizado no quadro das relações extraconjugais. Embora não tenhamos dados sobre a frequência com que se abortava no Brasil — ao contrário da França setecentista, na qual as declarações de gravidez feitas obrigatoriamente à justiça do Estado permitiam calcular o número de abortos realizados —, esse "crime" já fora comentado nas primeiras cartas jesuíticas como um hábito corrente entre as mulheres indígenas do Brasil Colonial. Essas, segundo os padres da Companhia de Jesus, apertavam suas barrigas, carregavam peso e preparavam beberagens capazes de fazê-las "mover", contrariando teses debatidas em concílios, sermões e cânones que não perdiam uma única oportunidade para denunciar o aborto. Condenando a alma das crianças mortas ao limbo, o aborto era um pecado contra o corpo e sobretudo contra Deus que, depois da queda dos anjos rebeldes, precisava repovoar o paraíso com almas batizadas.

A luta contra o aborto entrou pelo século XIX, provocando em sua passagem perplexidade e rejeição. O viajante Debret, ao retratar uma vendedora de arruda nas ruas do Rio de Janeiro, anotava: "...esta planta tomada como infusão provoca o aborto, triste reputação que aumenta sua procura". As leis do reino de Portugal vigorando no Brasil Colônia condenavam o aborto voluntário, exigindo proceder sumário no caso de haver "mulheres infamadas de fazer mover outras" ou "médicos, cirurgiões e boticários que dão remédio para este dolo mau". Os quadros da Igreja eram também inquiridos sobre a familiaridade que teriam com esse crime. Os processos de admissão aos seminários perguntavam diretamente se o noviço teria sido causa "de algum aborto, fazendo mover alguma mulher". Prontuários de teologia moral condenavam violentamente a "agência, auxílio e conselho para fazer aborto depois de animado o feto". Nos documentos coloniais encontra-se a crença herdada da Antiguidade de que o feto não estaria animado senão depois de passados 40 dias, o que deixava amplas margens para medidas abortivas levadas a termo por mulheres que não estavam de todo desarmadas diante de uma gravidez indesejada. A Igreja era sensível a essa realidade e admoestava as que procuravam medicamentos e remédios para o dito fim "depois de estar animado o feto". Ela não deixava, tão pouco, de examinar os casos em que a mulher grávida, estando enferma, tomava remédios dos quais se seguia indiretamente aborto.

Essa prática foi aplicada por meio do uso indiscriminado de sangrias e laxantes. Sem contar os instrumentos pontiagudos como fusos de roca, broches de ferro, colheres e canivetes, eficientes para provocar o aborto, mas também infecções mortais. Os párocos das capelanias eram instados a indagar às suas penitentes se tomavam "alguma beberagem ou mezinha para mover [...] e de que meses eram prenhas quando moveram e se moveram macho ou fêmea". O olhar penetrante da Igreja varria a intimidade das mães, arrancando-lhes até informações sobre a identidade do fruto recusado. "Bebeste alguma coisa para vos causar aborto? Moveste porventura? Apertaste a barriga com as mãos para mover? Mataste vossa

criança no ventre?" E os párocos inventariavam os gestos tradicionais do abono, os mecanismos que derivavam da atrição ou os farmacológicos, que se utilizavam da fitoterapia, sobretudo da arruda. Cabia também ao confessor convencer a mulher da importância de conservar seu fruto, da mesma forma com que deviam "sofrer com paciência as incomodidades da prenhez e as dores do parto como pena do pecado"; dizia um pregador ao qual cabia, antes do parto, "cuidar para que por sua culpa não suceda algum aborto ou parto intempestivo".

A reflexão do confessor bem expressava a convicção da Igreja de que na maternidade residia o poder feminino de dirimir pecados. E, dentre eles, o maior de todos: o original. Causa central da expulsão do paraíso terreal, a mulher podia resgatar o gênero humano do vale de lágrimas em que bracejava, chamando a si permanente tarefa da maternidade. Nessa perspectiva, o abono corporificava a maior monstruosidade. Além de privar o céu de anjinhos, ao "privar-se das incomodidades da prenhez" a mulher fugia às responsabilidades de salvar, no seu papel de mãe, o mundo inteiro. Junto com o horror ao abono, a Igreja convivia ainda com outra forma de controle malthusiano; o infanticídio, ou o dito "afogamento dos filhos", no leito conjugal. O hábito das mães deitarem-se com seus bebês e os esmagarem durante o sono estava tão disseminado no Antigo Regime que as Constituições dos bispados previam punição de penitência "a pão e água por 40 dias" para esse crime. A dita penitência devia estender-se por três anos, se a criança fosse batizada, e por cinco, se não fosse.

Os dados capturados pelo historiador no discurso da Igreja não permitem saber quem abortava. Seriam as mães solteiras, as viúvas, as casadas, as adúlteras? Delas não há um retrato nítido. Por que abortavam? O desespero diante do Olho indesejado, o pânico diante do estigma social ou da expulsão familiar parecem respostas possíveis. Mas que tipo de estigmatização poderia sofrer a mulher? O pior crime não parece ter sido o de ter filhos fora do matrimônio, como sublinhava a Igreja, mas ter matado o próprio fruto. Parece inegável que a valorização da maternidade, a eleição do corpo feminino como pagador de pecados solidificaram uma mentalidade de proteção da gravidez e exaltação da fecundidade da mulher na qual o aborto aparecia como uma mácula.

O interessante é que o preconceito contra a mulher que abortava já existia no dia-a-dia das comunidades. Não são poucos, em nosso folclore, os relatos de filhos mortos que retornam para queixar-se do abandono da mãe. O mais conhecido deles é o da "porca dos sete leitões". Mito europeu e ibérico, ativo desde a Idade Média, nele a porca representa os apetites baixos da sua carnalidade sexual, bem expressa na pecha com a qual as esposas criticavam as atividades extraconjugais dos maridos: "Trata-se sempre da alma de uma mulher que pecou com o filho nascituro. Quantos forem os abortos, tantos serão os leitões", diz o especialista Câmara Cascudo. A Igreja encontrava, portanto, respaldo para combater o aborto na rejeição à mulher que rompia o acordo com a natureza. Ao que tudo indica, a Igreja passou a reforçar a imagem da mulher-que-aborta com aquela da mulher-que-vive-a-ligação-ilegítima. Ela distinguia as primeiras por não ter um casamento protetor, no seio do qual pudessem criar de maneira cristã, daquelas outras que educavam os filhos à sombra do sagrado matrimônio.

Ao combater o aborto, combatiam-se os chamados "mores dissolutos" cujo desdobramento — os filhos ilegítimos — podia levar a mulher a desejar a interrupção da gravidez. O aborto passava a ser visto, depois da longa campanha da Igreja, como uma atitude que "emporcalhava" a imagem ideal que se desejava para a mulher. A "porca dos sete leitões" tornava-se na mentalidade popular a antítese da mãe ideal, casada sob a bênção do padre. Como se pode ver, o papel da Igreja, ontem, ajuda a explicar sua atitude hoje, revelando também que temas importantes para a sociedade brasileira, como o do aborto, têm de ser examinados à luz das transformações sociais. O tabu do divórcio acabou, as famílias monoparentais se multiplicam e os jovens não fazem questão de casar para ter filhos. Por isso é sempre bom lembrar que, embora guardemos marcas de nosso passado, não vivemos mais no século XVIII!

O VELHO NOVO CASAMENTO

No jogging diário, cruzo com três senhoras encantadoras: chapeuzinho protegendo do sol, roupas coloridas e uma pergunta no ar: como se casava no passado? Existia casamento, véu, grinalda, noiva virgem e tudo o mais? Respondo à mais curiosa delas: dona Conceição, viúva e agora "noiva", prestes a se casar novamente. Durante muito tempo — explico-lhe — não era óbvio que o casamento fosse obrigatoriamente monógamo e fundado no consentimento de duas pessoas.

Primeiro, dona Conceição, o casamento cristão não é tão antigo quanto o cristianismo. Invenção medieval, casar-se na igreja só tornou-se corrente entre os séculos XII e XIII, progressivamente, unificando costumes muito diferentes.

No Velho Testamento, narrativas sobre a criação fecham-se com cenas emblemáticas sobre essa questão. Deus criou para o homem uma companheira, "carne de sua carne", para que fizessem "uma só carne", multiplicando-se sobre a Terra. E o Novo Testamento parece querer privilegiar o celibato. Os homens deveriam fazer-se "eunucos voluntários", diz Mateus, enquanto Paulo insiste sobre o valor superior da castidade. A continência — não na teoria, mas na prática — é, ainda, glorificada pelo celibato exemplar do Cristo e a virgindade de Maria.

Santo Agostinho, no entanto, deu uma definição positiva do casamento e ajudou a Igreja a sair do impasse: o casamento é um bem pois foi instituído por Deus desde o início do mundo e elevado por Jesus Cristo ao papel sublime de representar sua própria união com a Igreja.

Desde o século VI, dona Conceição, benzia-se o casal à porta ou no quarto nupcial, primeiro sentados e depois deitados na cama. Bênção precedida de um rito de purificação. Os noivos eram aspergidos com sal e proibidos de manter relações sexuais de três a trinta dias. A liturgia refletia a doutrina: a sexualidade era abençoada mas devia sofrer, antes, uma "limpeza". Contudo, nos dez primeiros séculos do cristianismo, a Isenção nupcial não era uma obrigação para os cristãos.

O casamento era, em princípio, um engajamento civil e, como tal, dependente de diferentes tradições jurídicas ocidentais. No Direito Romano, retomado pelos canonistas do século XII, era o consentimento entre esposos que fazia o casamento. No Direito Germânico, havia pelo menos dois tipos de matrimônio. Um, no qual o esposo recebia do pai ou da família a tutela de sua esposa, tutela que era retribuída pela entrega de um dote. O ritual era obrigatoriamente público e fazia-se de acordo com um cerimonial cuidadoso. E existia, ao mesmo tempo, outro tipo de união, também reconhecida pelo Direito, na qual não havia nem transferência da tutela nem a doação de dote. Marido e mulher podiam, pois, separar-se sem problemas.

No final do século XI, os ritos familiares celebrados em casa transferiram-se para a entrada da igreja, podendo ou não ser seguidos da missa romana. O papel do padre foi se modificando, dona Conceição. De juiz da liberdade com a qual os esposos se escolhiam, ele passou também a entregar a jovem esposa ao futuro marido — antes, uma obrigação do pai, que os incitava a manter as mãos unidas. Já o padre dizia: "eu vos uno etc...". Foi quando apareceu o anel como símbolo da fidelidade e do amor, laço de unidade conjugal.

Em finais do século XII, o ritual do casamento era praticado em toda a Europa cristã. Justificado pelo Direito Canônico e pela teologia cristã, tinha sua própria liturgia, que reservava ao padre um papel muito importante. O consentimento válido não era mais o das famílias mas o dos noivos.

Como é que se casava no Brasil, há 300 anos, dona Conceição? Pelas leis da Igreja, aos 14 anos os rapazes podiam se casar; as meninas estavam aptas a partir dos 12 anos. Mas essa não era a regra. Estudos comprovam que, no Sudeste, a idade média era de 21,6 anos para os homens e 20,8 para as mulheres. Casamentos e batizados numa mesma família costumavam realizar-se no mesmo dia,

sobretudo no interior. O padre ia à capela da fazenda e, em um só dia, realizava as duas cerimônias.

Ao voltar para casa, os noivos eram recebidos com tiros de mosquetão, foguetes e cantorias que louvavam aomezaina e o baile que se seguiriam. Uma semana depois, um almoço ou "boda" encerrava as festas, que tinham farta distribuição de rapadura, aguardente e eram animadas por batuques e repeniques de viola. As pessoas evitavam casar-se no dia de Sant'Ana (26 de junho), pois acreditava-se que a noiva estaria fadada a morrer de parto. A superstição impedia ainda que as noivas vissem ou provocassem sangue, matando ave ou ajudando na cozinha, ou que saíssem de casa ou olhassem para trás no caminho da igreja.

Entre ciganos, no século XIX, após realizada a cerimônia na igreja, o casal dirigia-se à casa da esposa para a bênção paterna. Ali, a noiva recebia do parente mais velho uma camisa recoberta de bordados, que lhe era cobrada no dia seguinte com as marcas de sua virgindade. Espécie de "troféu do hímen", segundo um viajante estrangeiro de passagem pelo Brasil.

A propósito, dona Conceição, virgindade não era o forte das noivas no período colonial, época em que muito poucas tinham condições financeiras de pagar um vestido nupcial para ir à igreja e em que a maioria entregava-se ao noivo nas redes e quintais das casas em troca de "promessa de casamento". O vestido, o buquê e a valorização da castidade feminina só chegaram no século XIX com o crescimento do modo de vida e dos valores burgueses. * [História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001 (3ª ed.), organizado por Mary Del Priore com coordenação de textos de Carla Bassanezi.]

Logo, em sua condição de viúva, posso assegurar-lhe que "historicamente" a senhora não representa novidade! Não se preocupe com grinalda, nem véu branco... e muitas felicidades, dona Conceição!

"MÃES QUE DÃO LEITE E MÃES QUE DÃO MEL"

Dia das mães"? Não seria melhor um dia do amor materno? Dia que nos tirasse das práticas consumistas e que nos fizesse refletir sobre o que é ser mãe hoje? Começemos, pois, pela imagem inicial: o filho que se alimenta e a mãe que o "come" de beijos, em um círculo fundamental, uma ciranda de sentimentos. Fundamental, pois esse gesto de amor básico irá condicionar a relação da criança, futuro adulto, com a vida. A primeira aventura amorosa com a mãe que, simultaneamente, dá leite e mel, ajuda a crescer e repara, ou melhor, preenche todas as carências. Seio e beijos são uma espécie de sinal verde para a vida.

No passado, acreditava-se que o leite era sangue embranquecido; a lactação era o mecanismo que permitia a transformação do sangue que se encontrava no útero, durante a gravidez, em leite que fluísse para os seios. Da Vinci tem uma gravura que ilustra tal concepção: mostra as veias saindo da parte superior do útero, levando aos seios o sangue catamenial. Daí a acepção "mãe de leite". As mães tinham, então, o domínio sobre o aleitamento e se tornavam, em suas comunidades, figuras de grande força, associadas à alimentação e manutenção de pequenas vidas. A importância do bom leite tinha também forte conotação como valor simbólico. Aleitar trazia marcas culturais de segurança, de recompensa, de conservação da prole, presentes, aliás, nas representações sobre Nossa Senhora do Leite. O seio gordo e cheio junto ao rosto do menino, traduzindo o espelhamento simbólico do gesto de aleitar na imaginária do período. A necessidade satisfeita, somada ao prazer dividido e à contemplação profunda entre mãe e filho, configurou, ontem e hoje, o quadro do aleitamento.

Ao amamentar, a mulher modela a criança à sua imagem e semelhança, e a intimidade nascida do aleitamento forja laços entre ela e seu rebento. A importância da lactação fora percebida, desde o

século XVI, tanto por doutores quanto pela Igreja. Já se louvava, na amamentação, o prazer de alimentar e acariciar a criança. No século seguinte, moveu-se um ataque cerrado às amas de leite por sua relação mercenária com o gesto duplo de alimentar-amar a criança. Enquanto a amamentação passou a ser um meio de vida para mulheres pobres, mães revezavam-se em torno de fórmulas para conservar a beleza dos seios. Desde o século XVIII, o aleitamento no seio da mãe é uma constante na literatura de pensadores, médicos e moralistas que combatem toda a forma de aleitamento artificial.

Uma existência pode ficar premida entre dois beijos e dois seios: aqueles que se deram e os que não se deram. Gestos maternos de amamentar e beijar traduzem amor, mas podem, igualmente, representar sofrimento. Basta que sejam recusados.

AMOR DE PAI

Eles estão em toda parte! Ficam mais visíveis nos fins de semana quando empurram carrinhos, dão mamadeira aos filhotes sob a grama dos parques, embalam-nos segurando ternamente a cabecinha, batem bola e soltam pipas. São os pais. Não mais aqueles "sisudos", dedo em riste, diante dos "filhos aterrados" sobre os quais escreveu Gilberto Freyre, mas homens nascidos da evolução da sociedade contemporânea.

Transformações radicais atingiram vários aspectos da paternidade. Tais mudanças estão ligadas, primeiro, à família. Nela, os papéis e funções de pais e mães tornaram-se intercambiáveis. Hoje, salvo lavar fraldas, pais fazem tudo o que fazem as mães. O afeto substituiu a autoridade. Mudanças no casamento e na própria família forçaram muitos a assumir a paternidade social de filhos de outros homens ou a tornar-se "pães": um misto de pai e mãe, na falta desta. Novos laços nascidos, muitas vezes, do sofrimento e do amor, elaboram-se nessas circunstâncias. Aí, pai não é só aquele que se percebe como tal, mas, também, aquele que os outros percebem como tal. A intervenção da tecnologia e da biologia na procriação questionou, por fim, a definição mesma de paternidade. A inseminação artificial criou uma nova forma de paternidade medicalizada. Isso sem contar a adoção e a dissociação possível entre sexualidade e procriação. Pais homossexuais também desejam criar e educar seus filhos. Enfim, a sociedade está reorganizando a instituição paterna.

Embora a carreira ainda venha em primeiro lugar, a maioria dos pais não quer ser só provedor. Eles querem estar presentes, ver seus filhos crescerem, amá-los. Seu apego se consolida, para além do conforto, em presença, contato, diálogo. Não se trata apenas de um valor abstrato, mas de uma prática fundada, inclusive, na lei que exige que garanta saúde e proteção à prole. Longe do personagem periférico de outrora, os pais de hoje reivindicam em relação aos filhos não mais uma relação intermediada pela mãe, mas, especializada: o pai traz a presença do mundo exterior para dentro da casa, além de operar sínteses, explicar as diferenças entre o possível e o impossível e confortar.

O anúncio "você vai ser pai" é, na verdade, um grito de vitória contra a morte. É a certeza da continuidade, uma forma de cumplicidade com o divino e um compromisso com a responsabilidade. O fracasso de um pai, contudo, multiplica as incertezas dos filhos. Razão bastante para pensar no futuro dessa instituição que se inventa e se elabora, discreta, mas firmemente.

DESEJO, CONSUMO E RESPONSABILIDADE

"Mamãe eu quero!" foi o bordão de uma deliciosa marchinha de Carnaval, conhecida de todos nós. Mas a mesma a frase dita na fila do supermercado, entre gritos histéricos e ameaças de choro infantil, dá-nos o que pensar. Nossas crianças vivem cercadas de objetos e mensagens publicitárias que as incitam a não deixar um mundo em que toda a forma de querer é voltada à satisfação imediata. Sim, sabemos que elas são o maior alvo da publicidade na televisão, publicidade que insiste em pintar-lhes um mundo de consumo; mas sabemos também que os adultos são os maiores exemplos. E que exemplos! Uma criança, sem interferência dos pais, aprende, pela vitrine que é a "telinha", uma série de coisas.

Ela aprende, por exemplo, que a alegria está num produto, que o sonho está no consumo de marcas, que o prazer é um direito fundamental do ser humano e que o querer é a única lei. Ela aprende também que a abundância de coisas é um dado natural e gratuito do processo técnico e que tudo pode ser imediatamente encontrado no shopping mais próximo. Enfim, ela registra que pode encontrar a felicidade consumindo. Ela subordina o sentido de sua vida às finalidades da sociedade de consumo; seu desejo se desdobra no querer de múltiplos bens, de imagens a consumir.

Viver assim, como bem diz um sociólogo, é "lamber os beijos diante de uma existência açucarada". Essa visão de um mundo cheio de prazeres e poderes concorre, contudo, com a experiência da realidade. Realidade logicamente insatisfatória se comparada às maravilhas da euforia prometida. Em relação ao sonho publicitário, o conto de fadas tem pelo menos duas vantagens: ele comporta realidades cruéis que fazem com que o princípio de realidade não seja esquecido; e propõe uma história imaginada e a criança sabe que se trata de imaginação. O sonho publicitário, ao contrário, tudo promete — pela compra ou pelo consumo. Ele abre as portas à inevitável frustração, sobretudo para nossas crianças pobres e expectadoras da televisão.

Idealmente representada no seio do universo publicitário, a criança se pergunta por que deixar esse mundo ou, então, por que crescer, se ela já tem prazer e poder? Os pais, por sua vez, maravilham-se e calam-se diante dessa infância protegida em meio a objetos e às delícias do consumo. Os gritos diante do carrinho de supermercado meio-vazio me fazem constatar que estamos, infelizmente, educando crianças que são o fruto de um sistema que as modela à sua imagem. Crianças que querem o mundo, em vez de construir suas personalidades a partir do verdadeiro desejo. Contra a ditadura do querer, é preciso reaprender a desejar.

BEIJO DE MÃE

Para as crianças: atenção, sorrisos e, sobretudo, muito carinho. Se nossa sociedade individualista e anônima evita cada vez mais os contatos entre os corpos, se nosso envelope hedonista é cada vez menos alvo de desalinho, nossas crianças, ao contrário, sempre inspiraram todas as demonstrações de afeto físico. Sobre nossos indígenas, os jesuítas que os consideravam bestiais, registravam impressionados: "estimam mais fazer o bem a seus filhos, que a si próprios". Ao longo de séculos, educadores e médicos criticaram o "demasiado mimo" e o "estremecimento" com que nossos filhos foram tratados. Sem ironias, podemos dizer que as marcas de afeição em relação aos nossos pequenos são históricas. Estão em toda a parte. A boca materna que beija o filho é também fonte de doces palavras de consolo. O beijo de mãe é signo de confiança, de abandono, de certeza que não há nada a temer. É de senso comum que o movimento em relação à criança seja o de interação. Nós a tocamos, acarinhamos, embalamos e cobrimos de carícias. Se ela cai ou chora, na escola ou no jardim, é imediatamente alvo de solicitude. Seu rosto é o espaço privilegiado das demonstrações de ternura

materna. É nas faces ou na testa que depositamos nossos beijos.

O beijo de mãe é o gesto simbólico de afirmação de um vínculo, de uma ligação. Ele consola a criança de uma queda ou de uma necessidade. Se ele não é dado no momento certo, no momento em que é mais esperado, sua ausência abre uma ferida da qual, adulta, ela ainda se lembrará. Sua ausência é a prova terrível deixada por uma mãe indiferente ao seu filho ou filha. É o testemunho silencioso de uma mulher apenas preocupada consigo própria. Não tendo, pois, concedido a consolação e o alívio necessários, a dor continua a irrigar o presente, alimentando a queixa de falta de amor. Em lágrimas, homens e mulheres se lembrarão da criança magoada que não recebeu, um dia, a marca do carinho ilimitado de mãe. Desta falta, eles sofrerão sempre.

Os leitores de Proust hão de lembrar o personagem do pequeno Marcel que, para não dormir sem o beijo materno, empregava toda a sorte de artimanhas. Proust descreve com perfeição a dimensão de segurança e de reconhecimento no olhar deste outro que é a mãe, doadora simbólica de beijos. Como bem diz certo filósofo, o medo de uma noite assombrada pela solidão do sono é, dessa forma, pacificado pelo gesto tradicional da mãe que, ao transformar a angústia em rito, tranquiliza a criança diante de um mundo privado de pontos de referência e abandonado às criaturas que habitam seus pesadelos. O beijo de mãe é também um viático diante das turbulências do dia que começa na porta da escola. É um passaporte de alegria para o difícil amanhecer da infância. Aos sete ou oito anos, a criança não quer mais tantos beijos. Ela se proclama independente dos carinhos da mãe. À medida que a puberdade se aproxima, os interditos sociais fazem o restante da separação.

Divididas entre os múltiplos papéis que nos são exigidos, corremos cada vez mais o risco de não estarmos lã na hora do beijo de mãe. Ao voarmos para não chegarmos atrasadas no emprego ou ao voltarmos, exaustas, deste, esquecemos tantas vezes o gesto simples e reconfortante. Como para o pequeno personagem do romance de Proust, o beijo não é um capricho, mas um rito que, como todos, tem algo de sagrado. Debruçada sobre o leito infantil, a mãe estende o rosto como quem estende uma hóstia para a comunhão. Diferente do beijo do príncipe, que acorda, o beijo de mãe adormece. Um como o outro tem poder de vida e de morte. Tudo depende de estarmos presentes ou não. Para a criança: antes de tudo, o beijo.

BRINQUEDO PERIGOSO

"Diga-me com o que brincas e dir-te-ei quem és." Aproveito o mote para falar mal de Barbie, boneca feita, por incrível que pareça, em uma fábrica de brinquedos dirigida por uma mulher e introduzida nos Estados Unidos por outra. São 29 centímetros de plástico que contém a desmesura do mundo. O modelo incomoda, tanto mais quanto conhecemos a história das bonecas. Encontradas em tumbas egípcias ou em ruínas romanas, as pequenas miniaturas tiveram, por muito tempo, sentido mais religioso do que lúdico. Foi em finais do século XVII, que a preocupação com a educação feminina levou, na Europa, à valorização das primeiras bonecas. Na forma de bebês, elas deviam incentivar os cuidados com a prole, reproduzindo os valores familiares. Brincar de boneca foi, até ontem, um exercício para desenvolver os instintos maternos. Bons tempos em que as bonecas tinham sentido educativo.

Qual o sentido de um arquétipo plastificado em pin-up loura, fria como as neves do norte europeu, num país de mestiços, afogados em suor? Nada além de sublinhar o modelo da juventude americana numa sociedade que já engole lixo cultural suficiente, vindo dos Estados Unidos. Para começar, trata-se de impor um estilo de vida "cor-de-rosa" a toda uma geração de meninas, na sua maioria, pobres: roupas, joias, maquiagem, tudo de mais supérfluo e descartável. A boneca traduz a ideia

de que a mulher deve ser tão improdutiva quanto dispendiosa. Seus saltos altos parecem martelar impiedosamente a necessidade de opulência, de despesas desnecessárias, sugerindo ao mesmo tempo a exclusão feminina do trabalho produtivo e, por conseguinte, a dependência financeira do homem. Nossas filhas são precocemente empurradas para o mundo da riqueza. Barbie ensina-lhes a serem consumidoras e consumíveis pelos homens. Na interação da boneca com a criança, a atenção dada ao aspecto exterior reforça a ideia de que a beleza física é a chave da popularidade e, conseqüentemente, da felicidade: pernas longas, cintura de pilão, traços delicados, cabelos sempre lisos e louros, seios fálicos como foguetes. Preciso lembrar quantas meninas ficam absolutamente frustradas por não serem assim?

O universo de Barbie, sua casa, seu guarda-roupa, seu carro etc. remete à imagem de uma sociedade que é microcosmo de competição e comparação. Seu mundo é feito de valores materiais, do culto ao dinheiro, das compras sem fim. A caricatura étnica da boneca "morena" só faz acentuar o ideal normativo, em que os traços raciais e outros atributos são apagados. Christie, a amiga negra, não representa a diferença, mas alguém que, diante da loura, está fora da norma. Norma que só satisfaz, sublinhe-se, no narcisismo, no cuidado com a aparência, numa feminilidade sem falhas. Pior. Barbie faz pensar numa geração de mulheres clonadas, perfeitas, incompatíveis com a realidade social, o que, do ponto de vista da ilusão, deve confortar muita mãe inconsequente.

Falo mal da Barbie para lembrar a mães, educadoras, psicólogas e professoras que somos responsáveis pela construção da subjetividade de nossas meninas. Mas a futilidade de Barbie não exclui a sua utilidade de lembrar-nos que temos de lutar por valores melhores do que o dinheiro ou de desejarmos para nossas filhas outra coisa que tornar-se simples mulheres-objeto.

A ARTE DE SER FELIZ JUNTO

Casamento, hoje? "Até que a vida os separe", responde o psicanalista. As estatísticas não o deixam mentir. Desde a década de 1980, os números de casamentos vêm declinando e o de divórcios, aumentando. Quem contabiliza é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Golpes e mais golpes fustigam a família que, menos sensível às sanções religiosas, menos atenta às tradições, já é chamada por cientistas sociais, na Europa, de "família pós-familiar". Segundo estudiosos, ela só continua a existir na imaginação ou na memória.

A culpa? É do casamento que não resistiu às mudanças. A revolução tecnológica permitiu a emancipação econômica dos indivíduos, desobrigando-os da vida familiar, até recentemente uma proteção contra as ameaças do mundo lá fora. A Amélia — que se encarregava de lavar e passar para o marido — foi substituída pelo micro-ondas. A pílula e a emancipação da mulher alteraram definitivamente as relações dentro da família. Como se não bastasse, envolvimento extraconjugais fascinam uns e outros, enquanto cresce na sociedade industrializada o número de pessoas que querem viver sozinhas. A autofelicidade vem na frente dos cuidados entre os cônjuges e daqueles com os membros da família. Hoje, sou "eu", depois o "tu" e, bem mais longe, "eles". Enfim, a modernidade parece querer dispensar o casamento e a família de sua função histórica básica: garantir nossa sobrevivência.

Se posso acrescentar uma modesta ideia à lista concebida por especialistas do mundo todo, diria que o casamento está morrendo porque as pessoas veem televisão demais e conversam de menos. Essa "arte de ser feliz junto", como já disse um filósofo sobre a conversação, vem sendo ameaçada pelo lixo que a telinha joga para dentro de nossas casas à noite. Todos sabemos que o prazer é coisa misteriosa e que aquele que extraímos de uma boa conversa se deve a bem pouca coisa: um clima de

convivência, certa confissão inesperada, um sorriso velado entre uma e outra frase. Parece pouco, mas é muito. Que maravilha deixar-se levar pela vagabundagem da palavra, saindo de si e se aventurando na terra do outro, pondo um fim à discussão com um beijo. E o que dizer da conversa que fica em segundo plano, feita de tudo o que não ousamos dizer, de nossos medos, de nossas crenças e esperanças. A conversação não deve ser só ócio e abandono, mas uma porta para a verdade, a felicidade, a amizade e a sociabilidade. Um espaço de ironia e seriedade, riso e gravidade, cólera e medida, Não aquilo em que se transformou: algo de útil e eficaz. Uma boa conversa permite aproximação, incentiva compromisso, encontra um vocabulário comum. Nela, haverá sempre um tempo para falar e outro para escutar. Afinal, conversar é também saber calar. Pois não se trata de ter a última palavra, mas de construir junto essa coisa preciosa e cada vez mais rara: o momento compartilhado.

"Enfim sós"? Sim e, de preferência, para conversar...

Convívio

OS BICHOS QUE AMAMOS TANTO

Qualquer um de nós que habitualmente faça exercícios físicos nos parques conhece dois grupos de frequentadores que dividem conosco o prazer do sol de inverno: os que se dedicam aos gatos e os que se dedicam aos cachorros. Cruzo, diariamente, com uma senhora que conversa com o seu "Alfredo, querido", que ouve, com paciência, queixas sobre netos ausentes ou sobre os efeitos de um milagroso diurético! Outras senhoras alimentam, com cuidados maternos, gatos vira-latas. Os bichos parecem estar ali para nos lembrar que, se ao longo de milhares de anos, eles puderam viver sem os homens, nós, ao contrário, não pudemos viver sem eles, de quem fomos em muitos casos vítimas.

"O gato — brinca o antropólogo Marcel Mauss — foi o único animal que domesticou o homem." Brinca por saber que o felino permanece como uma espécie de "prisioneiro selvagem". Animal filosófico, tranquilo, independente, senhor de seus hábitos, pode tornar-se um amigo, nunca um escravo. Sua história é tão enigmática quanto sua imagem. Seu ancestral tinha entre 8 e 18 quilos. E quase um metro de comprimento.

Seus primeiros retratos aparecem nos sarcófagos e pirâmides egípcias. Visto como enviado dos deuses pela proteção que dava às crianças e aos alimentos da casa, lutando contra cobras e ratos, tinha tanta importância entre egípcios que, se um gato morresse, toda a família ficaria enlutada, raspando as sobrancelhas em sinal de dor. Em caso de incêndio, salvava-se, primeiro, o totêmico bichano. Se alguém, de propósito ou sem querer, matasse um deles, era passível de condenação à morte por apedrejamento. No mundo muçulmano, Maomé tinha uma gata — a bela *Buezza* —, e os felinos eram identificados com a lua que brilha sobre os desertos e os djins, espíritos aéreos.

Por outro lado, as tradições indo-europeias preferiram transmitir a imagem do selvagem predador, preguiçoso durante o dia para melhor viver à noite. Noite identificada, no imaginário de nossos antepassados, com os demônios, vampiros e feiticeiras. Compreende-se que o cristianismo, vitorioso no mundo ocidental, tenha desenvolvido uma viva desconfiança em relação a um animal vindo das sombras do mundo pagão, habitado pela luxúria tentadora das filhas de Eva, donas, como os gatos, de uma pelugem afrodisíaca, capaz de fazer sucumbir o homem, representado pelo honesto cão.

O cachorro, por sua vez, depende da ação humana... e por isso desempenha tantas e tão diversificadas funções: late à noite, vigia residências, fareja drogas, guia cegos, busca o jornal, faz anúncios para a televisão e, é bom não esquecer, foi pioneiro nas viagens espaciais. É graças a essa formidável colaboração que marcou tanto nossa vida e nosso vocabulário: "fiel como um cão", "cão que ladra não morde", "cachorro bom de tatu, morre de cobra".

Sua personalidade e seu psiquismo variam ao infinito, às vezes tão sutil quanto o do seu dono, pois "tal dono, tal cão". Hoje herói de cinema, multiplica-se em Rintintins, Milous, Snoopys e Plutos, deixando para trás a imagem de lutadores aguerridos que enfrentavam, nas arenas romanas, ursos e leões ou, nas feiras medievais, touros e bois bravos. Pinturas na Espanha comprovam que sua domesticação teria ocorrido há cerca de 10 mil anos. Escavações arqueológicas revelam que eram enterrados junto

com seus donos e, entre o Egito e a Grécia, os cultos ao deus Chacal e a Argos — o cão de Ulisses — comprovam a fecundidade das representações sobre a ligação homem/cão.

Mas ele também inspira sentimentos contraditórios. Isso porque nossa sociedade vem dando um lugar especial aos animais domésticos. Muitas vezes ter cachorro ou gato pode, também, funcionar como derivativo para a solidão e a insegurança. A necessidade de autoridade, de dominação, de apropriação, bem como a angústia, a agressividade, a riqueza de uma vida excessivamente interiorizada ou a timidez e dificuldade de comunicação, as frustrações afetivas ou sexuais de um casal desunido, separado ou sem crianças, a velhice em que as pessoas se sentem abandonadas pelos filhos, o narcisismo, mas também as tensões sociais e profissionais, todas essas motivações geradoras de desequilíbrio podem levar à aquisição de um cachorro, responsabilizado em alguns casos por comportamentos antisociais.

As prefeituras, por sua vez, têm de enfrentar consideráveis tarefas de limpeza. Em Paris, provavelmente cidade recordista, são 2 mil toneladas de caca e urina por dia! Nova York radicalizou: os americanos não podem circular sem estar munidos de sacos para recolher os dejetos do melhor amigo, cujas infrações, aliás, montam a US\$ 100. Nas nossas grandes cidades, a iniciativa fica por conta de associações de bairros ou de proprietários mais zelosos com o bem comum. A verdade é que, a despeito dos inconvenientes, das despesas, da irritação crescente da coletividade pela falta de campanhas publicitárias que eduquem donos, cães e gatos seguem se multiplicando.

Verdadeiros lembretes para a solidão, o abandono e a insegurança em que vivem alguns dos cidadãos das metrópoles, podiam usar sua simpática imagem para lembrar aos donos expressões como: "limpo como um gato" ou "totó educado não suja a casa do dono", evitando que deliciosos quadrúpedes como o pachorrento Alfredo nos obrigassem a lavar o tênis a cada vez que voltamos do parque!

A SUJEIRA É NOSSA

O Rio de Janeiro é lindo. Sua baía, o mar, os morros, a orla, já foram cantados em prosa e verso. Mas é difícil não achá-lo sujo. Um passeio pelo belo jardim de Burlle Marx, no parque do Flamengo, revela o descaso do carioca com essa que é uma das mais belas paisagens do mundo. Sacos de lixo, latas, garrafas, plásticos de todas as cores, restos de comida, casca de frutas e excrementos de cachorros compõem um insuportável patchwork de formas e odores. Mas seria a sujeira um privilégio de cariocas? Não. O problema é antigo.

Em um livro delicioso, o historiador Emanuel Araújo já revelou que, no Brasil, "a sujeira é um hábito". Na época colonial, as Câmaras ordenavam que os moradores calçassem a testada de suas casas numa largura de cinco palmos para atenuar o efeito das chuvas tropicais que corriam dos beirais dos telhados. Os cuidados contra as copiosas "águas" esbarravam, entretanto, no fato de que o lixo já era atirado, sem cerimônia, à rua por onde andavam, pachorrentamente, os animais domésticos.

Alexandre Ferreira, naturalista e viajante do século XVIII, chegou a registrar que, em algumas cidades da Colônia as ruas não eram capinadas para "não privar o gado da erva de que se sustentavam". Uma série de determinações aplicadas, então, pelos vereadores, tentava dar conta da relação pouco respeitosa que os moradores tinham com sua cidade.

Em 1625 ordenava-se, em Salvador, que toda a pessoa que tivesse casa nesta cidade, onde se fizessem esterqueiras, as mandasse limpar com pena de 16 mil réis e de se lhe taparem às suas custas; e que toda a pessoa que tivesse casa que botasse cano na rua pública, o tivesse sempre limpo, com a mesma pena; e assim mais varresse suas ruas e as tivesse limpas, com pena de 2 mil réis.

As determinações, segundo Araújo, eram pouco obedecidas ou em definitivo não o eram, pois,

em julho de 1692, os vereadores voltavam a reiterar as mesmas ordens de 1625. Chegava-se a pensar que "a malignidade dos ares corruptos" de Salvador devia-se "às imundícies que de noite e de dia" se lançavam nas ruas. Padre Manoel da Nóbrega queixava-se do desprezo dos habitantes, anotando, sisudo: "Não querem bem à terra".

Já o marquês de Lavradio notava em relatório, alguns anos depois, que os pobres escravos desembarcados no Rio de Janeiro andavam pelas ruas "cheios de moléstias e nus [...] e ali mesmo faziam tudo que a natureza lhes lembrava, não só causando o maior fétido [...] mas até sendo o espetáculo mais horroroso que se podia apresentar aos olhos".

Andando pelas ruas de Salvador, entre 1802 e 1803, Thomas Lindley registrava em seu diário que "as ruas são apertadas, estreitas, miseravelmente pavimentadas, nunca estão limpas, apresentando-se sempre repugnantemente imundas". Dez anos depois, outro inglês queixava-se, fleumático, "do aroma penetrante que emana de todas as fendas das ruas" ironizando que, ali, a cloaca se transformara em divindade "e seus devotos mostram-se tão sinceramente seus admiradores que as oferendas nunca são retiradas, exceto sob a influência combinada do sol, do vento e da chuva".

Diferentemente da colonização portuguesa, os holandeses enquanto estiveram em Pernambuco exigiram um comportamento bem diferente dos cidadãos: proibiram desde logo que se jogasse lixo nas ruas, que os animais circulassem à solta, obrigando a varredura das ruas e o aterro destas em caso de alagamento. Algumas ruas de Recife foram pavimentadas com tijolos holandeses e, para não estragar a pavimentação, proibiu-se o tráfego de carros de boi.

Vistas pelo olhar desses argutos observadores, as cidades brasileiras pareciam não ter aprendido as lições que, segundo Gilberto Freyre, teriam sido transmitidas por nossos ancestrais indígenas: o banho frequente que escandalizava o mal aseado europeu e toda uma liturgia sanitária e profilática que ia do uso higiênico da folha de bananeira à lavagem da rede de algodão no rio.

Limpeza do corpo não tem nada a ver com a limpeza da cidade, dirão alguns. Com razão. Portas a dentro, somos limpos. Portas a fora, empurramos o lixo indesejado. No privado, aseados. No público, porcalhões. O comportamento certamente tem a ver com dissociação profunda, o quase antagonismo entre governo e povo brasileiro, que prevaleceu até bem recentemente. Um não se importando com o outro. Mas acho que agora chega! É hora de dar um basta no descaso com que a coisa pública é tratada.

Se choveu e a rua encheu, é bom começar a se perguntar onde cada um colocou lixo, qual foi a última vez que se retiraram folhas e quejandos do bueiro, se não se anda jogando papéis amassados e copos de plástico pelo vidro do carro etc.

Um programa educativo geral sobre limpeza do meio ambiente é urgente; que ele seja feito nas escolas, nas novelas de televisão, em todos os meios de comunicação e nos locais de trabalho. Mas que ele também comece em casa, nos menores gestos cotidianos do privado. Caso contrário, é bom não estranhar a crítica dos turistas estrangeiros: há pelo menos 300 anos as queixas são as mesmas. Afinal, a sujeira continua sendo jogada na rua pela mão de cada um de nós.

PANORAMA VISTO DA PONTE

O Brasil, "país de contrastes", tem sido fonte de reflexão para muita gente! Dentre os mais chocantes está aquele ditado pelas diferenças entre educados e mal-educados. E me refiro, aqui, ao que o Aurélio define, simplesmente: o "conhecimento e prática dos usos de sociedade: civilidade, delicadeza, polidez, cortesia". Será que jamais conhecemos um processo civilizatório capaz de nos educar como em outros países? Tudo indica que não. Uma viagem pela ponte-aérea Rio-São Paulo comprova que um dos

maiores contrastes do Brasil é o de pessoas que têm dinheiro mas nenhuma, nenhuma educação, mesmo!

Tudo começa no hall de espera. Dezenas de celulares tocam ao mesmo tempo numa orquestra infernal. As vozes se sobrepõem uma às outras. Talvez a ligação não esteja boa; mas, existe, sobretudo, um desejo narcísico de exibição. As pessoas simplesmente não se dão conta do grotesco da mímica com a boca, da gesticulação histérica das mãos, do olhar que convida o indivíduo que está ali, na frente, a participar à revelia de uma conversa que devia ser privada, mas que se torna pública.

O horror seguinte é o do momento do embarque. Empurrando-se diante da porta de vidro, como se esperassem a largada da maratona de Nova York, a maior parte dos passageiros franze o cenho e empina o nariz, porque a comissária de bordo convida, gentilmente, os idosos e mães com crianças a embarcar primeiro. Tudo bem, que exageros há! A jovem mãe, passa, altaneira, com seu pimpolho seguida pela babá, o marido, a cunhada, a sogra e a amiga da sogra! Mas é um caso em mil. Na maior parte das vezes, apresentam-se jovens mulheres atrapalhadas com enormes sacolas, onde levam fraldas e mamadeiras, carregando nos braços um pequerrucho pesado, adormecido ou chorão. Ninguém recua um passo para deixá-las passar. Nenhuma menção para aliviá-las da carga. Seu trajeto entre o fundo da sala e a porta salvadora é humilhante: elas se arrastam, se desculpam, esbarram nas malas. Ninguém se mexe.

Os idosos, coitados, são examinados dos pés à cabeça, para um diagnóstico cerrado de suas potencialidades. Se caminharem com destreza, azar que tenham 80 anos. Devem é disputar com o executivo de 30, em igualdade de condições. Uma garota acidentada, mancando discretamente, passa sob murmúrios desaprovadores. Jovens, mesmo com problemas físicos, são vistos como ameaças na disputa pela melhor poltrona. Se chove, e o ônibus que vai conduzir os passageiros ao avião está cinco minutos atrasado, uma carga de críticas é desferida "em alto e bom som" ao tímido funcionário da companhia aérea. Há sempre um tipo sanguíneo, de cabelos pintados que, para horror da classe, apresenta-se aos gritos como jornalista e ameaça denunciar os famigerados cinco minutos de atraso. "Isso não fica assim.. Vou à Globo... vou ao Ratinho". Já vai tarde, penso solidária com o estóico funcionário.

Mas a via-crúcis não termina quando se deixa a sala de espera para trás, carregado pela onda de gente que sai na correria. Ao entrar no avião, reparo que as primeiras filas de poltronas foram tomadas por passageiros que ocupam as cadeiras do meio com seus pertences pessoais. A bolsa da Prada exhibe o fecho com a grife estrategicamente para cima. Mensagem: "sou rica e poderosa". A coleção de jornais do executivo sentado do outro lado ocupa o restante da poltrona. Mensagem: "favor não perturbar".

Delicadamente, peço licença para sentar-me "no meio". Sou fuzilada por dois pares de olhos. Afinal: que audácia! Não estou vendo que se trata de um lugar marcado para que eles possam viajar com todo o conforto? Que procure um lugar no fundo. Por insistir, sou punida com uma viagem na qual mal posso abrir meu modesto livro. Prensada entre dois jornais e dois poderosos braços, tampouco gozo do direito de repousar meu braço no braço da poltrona.

Em uma obra clássica, chamada O processo civilizatório, o alemão Norbert Elias descreveu o lento processo de aparecimento das noções de civilidade no mundo europeu, entre os séculos XV e XVI. Lá, há muito tempo, as pessoas usavam as mãos em vez de garfos, assoavam-se nas mangas ou nos dedos, usavam as toalhas de mesa para limpar a boca e a faca com que cortavam nacos de carne para apunhalar os vizinhos inoportunos. As necessidades físicas eram satisfeitas em praça pública e lamber as mãos, para desengordurá-las, era comum. A educação, mostra-nos ele, longe de ser "natural" é fruto de um processo histórico que consumiu alguns séculos.

A chamada civilização dos mores, fez com que crescesse o controle sobre tudo o que restava da natureza animalesca do homem, transformando cada gesto elementar da vida cotidiana — desdobrar um guardanapo, utilizar a faca em vez dos dentes, o banheiro em vez do mato —, num ritual de integração à vida social. Uma viagem pela ponte-aérea revela-nos, contudo, que estamos bem longe de ter passado por um processo civilizatório. Aquilo que para uns é história e passado, para outros, nós, é ainda

selvageria "aqui e agora"!

FÉRIAS NO SÍTIO

Enfim, as férias. Qual de nós não sonha com um cantinho verde, longe da cidade cinzenta? Com uma "casa no campo, discos e livros e nada mais", como cantava alguém? Se antes tirar férias era um luxo — poucos tinham a tal "casa de campo" ou "de praia" —, hoje esse deslocamento está cheio de sentidos. O primeiro deles é o retorno à natureza, espécie de jardim sem mal e sem pecado capaz de nos purificar do cotidiano urbano. O segundo é a possibilidade de inventarmos um outro tempo, diferente daquele do relógio: tempo de descansar, tempo de se divertir, tempo de brincar e mesmo de sonhar. Por fim, queiramos ou não, férias são um tempo excepcional de investimento afetivo.

Qual de nós não se lembra de férias inesquecíveis passadas na casa dos avós ou dos tios distantes? Dos cheiros, das cores e da doçura de nada fazer? Do som das cigarras de dia ou dos sapos, à noite? O "sítio" — não foi à toa que Monteiro Lobato inventou o do Pica-Pau Amarelo — era e ainda é o lugar de reencontro da família num momento em que ela está em frangalhos. Se antes ele era o espaço de netos e sobrinhos vindos de vários ramos sob a proteção de afetuosos e pacientes adultos, hoje o mesmo o "sítio" resolve ou contorna uma série de contradições sociais: ele recompõe a família, agrupando filhos de vários casamentos, aproxima os amigos, fazendo-os reencontrar a sociabilidade que desapareceu na vida urbana e ajuda muita gente a escapar ao face a face conjugai, tão sufocante na cidade.

O mundo mudou, a cidade tornou-se explosiva, mas o papel do sítio ou do que ele representa pouco mudou. Com a falência da família autoritária, substituída por essa família de fronteiras imprecisas na qual antigos laços vão se tecendo sob novas formas, o sítio é um desses lugares privilegiados onde a recém-criada parentela se instala, a memória familiar se ancora e as solidariedades se atualizam e até se inventam. Instalada nesses velhos lugares, a nova família ganha extraordinária leveza. Aí ela vai celebrar a sua memória. Deixam-se de lado as crises, as brigas, as tristezas. São lembrados os grandes feitos — a pescaria, a caça ao tatu, um ataque de morcegos —, mas também modestas anedotas — uma poltrona partida, um jantar muito salgado. Revive-se a alegria da infância, os risos, as brincadeiras. São numerosas as lembranças dos que "no sítio" nos deram o primeiro livro, o primeiro anzol, o primeiro cavalo, o círio da Primeira Comunhão. Na cozinha ou na varanda, os gestos ordinários de ternura se repetem: contar histórias, fazer balão, assar milho na lareira.

Mesmo que, para alguns, carregado de signos exteriores de enriquecimento (quadras, piscina, sauna, luxo e conforto de todo o tipo), para outros, verde refúgio ao caos da cidade, o sítio é sobretudo o lugar de uma topografia sentimental com profundas marcas de antes, de ontem. Ele é espaço de continuidade e de transmissão de afeto e de alegria. Razão bastante para continuarmos esperando as férias.

TURISTAS E VIAJANTES

Viagem e evasão caminham de mãos dadas; o desejo de romper com os ritos sufocantes do cotidiano tem levado, desde tempos imemoriais, homens e mulheres a partir. Se alguns buscam na viagem o prenúncio de coisas novas, de paisagens diversas onde cheiros e gostos nunca antes provados lhes

satisfaçam os sentidos, há, por outro lado, os que procuram lã longe o mesmo, o idêntico. Buscam hotéis onde poderão comer da mesma comida e quartos com a mesma televisão que os conduza, pelos caminhos da globalização, ao mesmo programa habitualmente visto lã na terrinha que se deixou para trás. Para esses, um cenário diferente fica congelado, entre outros tantos, na máquina fotográfica ou na filmadora de última geração para ser consumido, na volta, em uma sessão de pipoca e Coca-Cola, com os amigos. Esse tipo de viagem desenvolve um exotismo, mas um exotismo "ocular". Ela só pode ser visitada pelas lentes. No prolongamento desse "voyeurismo" turístico, há também os que viajam por meio dos programas de televisão, visitando sem esforço, riscos e custos, mundos distantes. Desde a Idade Média, a Ásia é a campeã de audiência. A rota das especiarias e da seda, trilhada em lombo de camelo por comerciantes do Mediterrâneo, foi substituída por escaladas no Himalaia, visitas a templos budistas, mergulhos entre peixes multicoloridos e balonismo nas ilhas do Pacífico.

O lema é: Seja um viajante — mas na sua poltrona. Renuncia-se a ideia de ser ator para ser espectador da viagem. Existem, por fim, os que viajam "para dentro", capazes de transportar-se para lugares do passado ou do futuro graças à certa melodia, perfume ou imagem, deslizando docemente para um universo silencioso de sentimentos nostálgicos. Viajamos para longe, de verdade ou de mentira, em busca daquilo que estando próximo não reconhecemos mais.

Mas se viajar é maravilhoso, o mesmo não se pode dizer da criatura nascida desse desejo desabrido de locomover-se: o "turista". Para cada turista, o indivíduo que vai sentado ao lado no avião é o inimigo potencial. Os signos de identificação, na maior parte das vezes, são óbvios. Ele fala alto, carrega uma mala que precisa de três comissárias de bordo para caber no compartimento da bagagem de mão e, embora tendo escolhido o assento da janela, levanta-se mil vezes durante a noite. O fato de só andar "em bando", o que lhe dá mais segurança, permite-lhe também gritar todo o tempo, pois, afinal, o melhor amigo está do outro lado da aeronave. Quando vem de Miami, desembarca com o chapéu do Mickey e algumas toneladas de excesso. Sobre ele e suas malas, o comentário que mais se ouve às portas do desembarque é sempre: mas, afinal, onde está a crise?! Suas histórias são de arrepiar: protegido pelo anonimato e pela dificuldade da língua, o turista desrespeita o que pode e não deve. Tenta burlar o vendedor da loja, o garçom do restaurante, o funcionário do quiosque de informações. Aplica lá fora a "lei de Gérson": carrega como uma formiga todo o estoque de xampus e sabonetes do hotel e é um milagre quando não leva junto o cinzeiro e as toalhinhas de mão. Afinal, para ele tudo é "souvenir".

E a programação? Em geral, ela começa pelos chamados pontos turísticos, um eufemismo para encobrir lojas e shoppings em perpétua liquidação, cuja característica suplementar é a farta distribuição de brindes. Como é raro ver brasileiros em museus, galerias ou livrarias no exterior! Quando o fazem, é porque deu no jornal que é chique. Na realidade, um roteiro cultural só é cumprido para fazer parte das tantas coisas consumidas e depois trocadas numa conversa social. O turista obedece assim leis de uma sociedade produtivista capaz de criar bens de consumo (as viagens) correspondentes à lógica do mercado. Tudo indica que nessas viagens aparentemente "de verdade", nada é verdadeiro. Refiro-me ao interesse que deve ter um viajante pelos caminhos plurais das culturas nas quais se pode mergulhar graças ao deslocamento geográfico. Penso em coisas concretas como a comida, a língua, as festas religiosas, as artes, fenômenos dos quais se participa dividindo com os locais, as emoções, o respeito e mesmo a curiosidade que eles nos inspiram. A capacidade que tem o viajante de se apropriar dessas experiências só pode ajudá-lo a compreender de onde uma sociedade que difere da sua tira a substância de sua inteligência e de seus sonhos, obrigando-o a se afastar de apressadas generalidades capazes de criar preconceitos contra o quê e os que não se conhece.

Alheio a essas possibilidades e instalado no frenesi do lazer e do consumo, o turista vê na viagem uma compensação ou uma revanche contra a vida diária e o trabalho. A viagem do consumista desenvolve um tipo de passividade do qual ela já é o efeito primordial. Quanto mais tempo ou mais

rapidamente se viaja, menos se escolhe as viagens. Nelas, pouco se cria e tudo se consome, pois tudo o que o turista perde em termos de conhecimentos lhe é vendido em objetos. Distinguir, contudo, um turista de um viajante não é difícil: o primeiro traz na bagagem o efêmero. O segundo, uma lembrança para a vida inteira.

INDIFERENÇA E MODERNIDADE

Dia desses, por alguns momentos, a cidade parou. As televisões hipnotizaram os espectadores que assistiram, sem piscar, o resgate de uma mãe e de uma filha. Seu automóvel caíra em um rio. Assisti ao evento em um local público. Ao acabar o noticiário, o silêncio à volta do aparelho se desfez e as pessoas retomaram as suas ocupações habituais. Os celulares recomeçaram a tocar. Perguntei-me: indiferença? Se tomarmos a definição ao pé da letra, indiferença é sinônimo de desdém, de insensibilidade, de apatia e de negligência. Mas podemos considerá-la também uma forma de ceticismo e desinteresse, um "estado físico que não apresenta nada de particular"; enfim, explica o Aurélio, uma atitude de neutralidade.

Conclusão? Impassíveis diante da emoção, imperturbáveis diante da paixão, imunes à angústia, vamos hoje burilando nossa indiferença. Não nos indignamos mais! À distância de tudo, seguimos surdos ao barulho do mundo lá fora. Dos movimentos de massa "quentes" (lembra-se do "Diretas Já"?) onde nos fundíamos na igualdade, passamos aos gestos frios, nos quais indiferença e distância são fenômenos inseparáveis. Neles, apesar de iguais, somos estrangeiros ao destino de nossos semelhantes. O apagamento do conflito, a sedução do consenso oferece um painel açucarado em que não há singularidades. Damos as voltas que forem necessárias para não toparmos com o outro, com o diferente.

Via "Embratel", o mundo exterior nos bombardeia com a miséria, a selvageria, a violência e, simultaneamente, com o riso, a anedota e a festa. Mas pelo tubo ótico, um morto é igual ao outro; uma imagem vale outra. Mais e mais a televisão ensina o nosso olhar a perder o uso da perspectiva. Ela apaga as asperidades e os relevos; não há mais diferença entre o real e o imaginário. Na tela, pessoas tornam-se coisas e coisas tornam-se pessoas. Assim, findo o resgate, mãe e filha se afogaram na nova máquina de lavar, na espuma do novo detergente, ao som do plim-plim. E de quadro em quadro vamos assistindo, desencantados, a nossa posição ética perante o mundo anestesiando-se.

Não adianta trocar de canais: a mensagem é sempre a mesma. Não sentir, não pensar, não falar ou falar com indiferença do que não nos toca jamais. A modernidade, denunciaram alguns filósofos, não passa de um enorme dispositivo para nos "acostumar": acostumar com o espetáculo diário do sofrimento televisionado, acostumar com nossa função de consumidores anônimos e apáticos. Antes de ligar a televisão, antes mesmo de pensar em poupar energia, vou pensar nisso.

DA CORRUPÇÃO EXPLICADA A MEUS FILHOS

O que há de comum entre os problemas que preocupam Pedro e Paulo — roubalheira na Câmara de Vereadores, malufismo, bandas podres, o mar de lama na vida pública — e a história da corrupção que preocupa sua mãe, uma historiadora? Estamos todos na esquina entre o ordinário e o

extremo. Moramos no Brasil. Assistimos juntos a débêcle ética. As razões? No país — é a mídia falada ou escrita que bate insistentemente na mesma tecla — Estado e Sociedade estão divorciados. A distância entre Brasília e o Brasil é tão gigantesca que a capital passou a ser conhecida como "a ilha da fantasia". Numerosos intelectuais sublinham essa característica. O antropólogo Roberto Da Matta refere-se a um "Estado que tem razões que a Sociedade — sempre atrasada, malformada, viciada, não preparada ou ignorante — ignora. O governo, por seu turno, sempre remete aos seus poucos recursos e ao seu pessoal não especializado ou qualificado." E, ironiza Da Matta, "espremida entre esses modelos existenciais e gerenciais, a sociedade fica tão invisível como a mortadela de um sanduíche barato". O jornalista Oliveiros Ferreira definiu-os como sujeitos que se opõem. Críticas novas? Não. Em 1877, o escritor Tobias Barreto já comparava os brasileiros, povo e autoridades, a viajantes que se reuniam à noite numa casa de rancho, mas que ao amanhecer seguiam caminhos distintos, impassíveis diante dos tormentos alheios. Manoel Bonfim denunciou a vida parasitária da qual participavam órgãos e classes sociais na forma de agentes da administração e dos monopólios. Há mais de 50 anos, o jurista Raimundo Faoro escreveu um clássico sobre como o país foi sempre governado por uma comunidade de burocratas capazes de usar um cipoal de leis para encobrir sua própria incompetência. A lista, enfim, dos que apontaram os desdobramentos dessa separação é longa. O que vale destacar aqui é uma história de divórcio entre Estado e Sociedade, gerando uma estrutura feita de clientelismo e corrupção que atravessou, quase intocada, 500 anos de história.

Começemos do começo: nos primeiros anos da colonização, as ligações pessoais e os laços familiares entre senhores de engenhos de açúcar e funcionários do governo português favoreciam o mau funcionamento da máquina administrativa. Quando petições e pedidos de auxílio financeiro esbarravam na inércia político-administrativa metropolitana, tentava-se conseguir, pela corrupção, influenciar ou não a aplicação de determinadas leis na Colônia. Os que tinham magistrados na família podiam suborná-los ou fraudar normas, contando com seu silêncio. O Tribunal da Relação do Brasil, criado em 1609, rapidamente notabilizou-se como uma instituição corrupta. Numa aparente, apenas aparente, contradição, os colonizados pulavam em sua defesa cada vez que a Coroa agia contra os juízes explicitamente venais. Esse coito infernal era bom para ambos os lados. A Justiça que submetia os moradores da América portuguesa era rapace. A voracidade de meirinhos, escrivães e juízes, insaciável. Exatamente como a que revelou, 500 anos depois, o juiz Nicolau! Enganavam-se, com o maior descaramento, as partes litigantes. Certos magistrados alegavam mesmo que seus emolumentos tinham de ser pagos pelas partes, abrindo as portas para as maiores extorsões. O costume, então dominante, de arrendamento de cargos públicos, favorecia a roubalheira. Nada mais imediatista do que a relação dos funcionários públicos com o Brasil. Muitos deles removidos da Corte por causa de dificuldades financeiras, dirigiam-se à colônia para resolver tal problema no tempo mais curto possível. Manter-lhes "as mãos ocupadas" ou "as rodas azeitadas" foram expressões correntes no século XVIII para definir não sua preocupação com a coisa pública, mas com seu próprio bem. Bem, ou melhor "bens", amealhados à custa do interesse coletivo. Um exemplo concreto? A relação estreita entre bandidos que infestavam o distrito da Mantiqueira, na comarca do Rio das Mortes, no final do século XVIII e as autoridades locais. Vestidos com as fardas dos integrantes das chamadas Patrulhas do Mato, facínoras que respondiam pelo nome de Mão de Luva ou Montanha, assaltavam e matavam contrabandistas de ouro, crimes com os quais as autoridades não pareciam se importar. Mais. Os comandantes temiam prendê-los, pois deixados em cadeias precaríssimas logo fugiam jurando vingança. Integravam tais grupos alferes, cabos e soldados mostrando bem a que ponto os limites entre a lei e o crime estavam embaralhados. Não é à toa que um dos mais importantes libelos seiscentistas contra a corrupção, o famoso A arte de furtar, anunciava que entre os funcionários os maiores ladrões eram aqueles que tinham por ofício livrar o povo... dos ladrões! Coisas do "tempo do Onça"? Não.

No final do século XIX, auge da obsessão higienista das autoridades nas grandes cidades como

São Paulo, então comparada a Manchester, os membros da Força Pública comprometida com o combate à vadiagem e à perseguição a cafetões, jogadores, passadores de moeda falsa ou de "contos do vigário" eram sistematicamente denunciados pela imprensa por alcoolismo e associação com o jogo do bicho. Procurava-se tirar o máximo proveito da posição de "autoridade policial". A extorsão era uma forma costumeira de complementação salarial. A "banda podre", leitor, não é de hoje.

Nossa elite, por seu lado, nunca fez papel melhor. No Rio de Janeiro, quando da vinda da família real, não hesitou-se em aumentar a contribuição fiscal para manter a Corte e seu aparato burocrático. Mas, em troca, pedia títulos honoríficos que a distinguisse do restante da população. Era dando que se recebia. Na gangorra do comércio internacional primeiro com o açúcar e depois com o café — equilibrava-se econômica e politicamente por intermédio do jogo de influências, de compadrio, das relações de amizade e parentesco, práticas arcaicas utilizadas desde a época dos senhores de engenho. No final do século XIX, juristas e depois engenheiros integraram a máquina do Estado. Pelo menos na teoria, procuravam redimir as enormes distâncias entre Estado e Sociedade. A Ciência seria o caminho para a civilização. Na prática, não tiveram sucesso. Depois do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, a necessidade de operacionalizar políticas econômicas guindou os economistas à máquina do governo. Nossos mandarins, no dizer do economista Carlos Lessa, integraram "uma rede de iniciados na decifração do Olimpo financeiro, interpretando e decodificando seus sinais". Chancelados pelos centros internacionais, tornaram-se encarregados de gerir os negócios coloniais.

Nossa história está, — assim, repleta de grupos que se organizaram à revelia do Estado e cujo objetivo ora foi ocupar o seu lugar — como fizeram os senhores de engenho, no passado —, ora apropriar-se de seu espaço — caso dos economistas, hoje. Alguns dos resultados dessa longa estrutura histórica estão aí: as revelações constantes das roubalheiras, nos governos e fora deles, a impunidade explícita, a participação de funcionários públicos e policiais em esquemas ilícitos, a empulhação. Conhecer melhor e explicar aos nossos filhos os cinco séculos de uma melancólica história talvez nos ajude a mudar os próximos 500 anos.

SOBRE O SILÊNCIO

Cresci ouvindo minha avó dizer que "silêncio é ouro". Lembro-me dela — hoje falecida — cada vez que saio de casa. As buzinas? a música, a televisão ligada, o toque dos celulares e, sobretudo, a voz alta e a incansável fala das pessoas criam uma poluição igual ou pior do que a visual. Saudades do silêncio? Sim. Nas grandes cidades brasileiras já não se houve "cantar o sabiá", como queria o poeta, nem o canto das cigarras ou o coaxar das rãs. No que deveria ser o silêncio da noite, São Paulo se estilhaça ao som de mil vozes no ranger de pneus, na saída das boates, nas sirenes de polícia. Estamos como Nova York: "the city that never sleeps. Aparentemente, ninguém escuta mais os sons do silêncio. Na era da comunicação, nos tornamos uma verdadeira Babel sem que o excesso de falas, conversas, gritos e ruídos signifiquem que, de fato, conseguimos nos comunicar. Saudades, portanto, daquele momento do Gênesis em que Deus não havia ainda criado o homem e a mulher.

Há, pois, os aficionados como eu desse tempo que é uma metáfora do vazio, presença e ausência, representante dos nossos enigmas mais íntimos e familiares. Na França não faltam grupos que passam férias em mosteiros — o monte Saint-Michel é um deles —, para ouvir a si e ao silêncio. E gente que entendeu ser preciso escutá-lo para lhe dar um sentido, para que ele se aparente a uma forma de linguagem ou de visão. Muito barulho é sinônimo de "fora", de rua. Aí jamais encontraremos o silêncio desse espaço infinito do dentro, do eu, espaço onde nos achamos no face a face, doloroso e complexo, no qual nos perguntamos: quem sou? Aonde vou? Experiências meditativas ou contemplativas empurram o

místico para a terra prometida, na qual o corpo deve se calar para não conspurcar a alma.

Outrora, nos colégios de freiras, jovens meninas tinham de "fazer silêncio", produzindo essa coisa opaca ou transparente cheia de sentidos: silêncio triste, calmo, áspero. Mais tarde, aprendiam a ouvir seus bem amados em silêncio, trocando apenas olhares, conversando por meio de gestos, calando os sentimentos, selando segredos por um pacto. Do fundo dos corpos, o silêncio urrava! Pois para além dos vocábulos, entre a palavra e silêncio, aninhava-se o desejo.

O silêncio, como revelam os especialistas, pode não ser a ausência de estimulação sonora. No caso da música, o talento vocal ou instrumental colocados a serviço do som disco, tecno ou rave, longe de preencher seu papel de elo social conduzem à solidão, ao isolamento, à indiferença. Ouve-se música aos berros, mas dança-se sem par. A violência dos baixos rítmicos, o constante tam-tam, deixa as pessoas solitárias. A mesma regra serve para ambientes onde todos falam ao mesmo tempo sem se entender. A falta de comunicação deixa a sensação amarga de se estar só na multidão. Idem para programas de televisão nos quais o jorro de vulgaridades e deboche é contínuo. Nesses casos, a censura, o silêncio artificialmente criado por uma autoridade constituída, devia ser obrigatório.

O silêncio pode ser também doença da alma: grito de medo, desespero ou solidão. Quando não há mais com quem conversar, trocar ou de quem ouvir. Mundo inerte e inanimado do silêncio de morte. Passa-se então para a eloquência muda do analista, cuja presença silenciosa encoraja o analisando a dizer o não dito. Aí, diria minha avó repetindo o adagiário popular, "Silêncio também é resposta". Ela nem conhecia Freud, mas sabia que diante do outro que sofre é preciso não ser surdo e recusar o silêncio para ver a cura efetuar-se pela palavra. Ou pelo riso.

Nessas lembranças sobre o silêncio, é bom não esquecer um outro adágio: "Quem cala, consente". É a vertente ambígua do silêncio. Momento em que o vazio mostra a sua força. Hoje, mais do que ouvirmos o silêncio, nos calamos diante de questões sobre as quais não deveríamos nem poderíamos consentir. A lista é longa e abrange desde questões de cidadania àquelas nacionais: violência, criminalidade, corrupção de homens públicos, miséria, saúde, educação etc. Esse é o nosso silêncio feito de medo e de palavras mortas. Para fugir dele, falamos em demasia ou nos tornamos surdos, repetindo sem saber a anedota que se conta sobre o encontro de dois grandes músicos, Schumann e Brahms. O primeiro diz ao segundo, ao recebê-lo em Dresden: "Que bom que você chegou, pois agora podemos nos calar juntos". É isso que desejamos?

Mulher

NO COMEÇO ERA A MÃE...

A história permite aos homens perguntarem-se: de onde viemos, para onde vamos, quem somos? Para a primeira questão, a resposta é certa: "No começo era a mãe; o verbo veio mais tarde". Se não tivéssemos conhecido o ato de partilhar cuidados e ternura, não estaríamos vivos. A história do homem é, portanto, a história de suas mães, a história das mulheres. No Brasil, a imagem da mãe é assunto sagrado há 400 anos. As mães são personagens de novelas de televisão, são invocadas em pára-choques de caminhão ("Mãe só tem uma!"), pontilham o adagiário e as expressões cotidianas ("Nossa mãe!"); políticos em seus discursos referem-se às suas mães como "santas". O "Dia das Mães" significa um imbatível estimulador de vendas para o comércio e teses científicas sustentam que a sociedade brasileira considera a maternidade uma atividade essencial. A maternidade ultrapassa, portanto, dados simplesmente biológicos; ela possui um intenso conteúdo sociológico, antropológico e uma visível presença na nossa cultura. Conhecer, portanto, a história de nossas mães, talvez seja a melhor maneira de homenageá-las como mulheres e base fundadora de nossa sociedade.

Mas, além de conhecer a história de nossas antepassadas, é igualmente importante saber o quanto é duro nascer e ser mulher. Os demógrafos têm demonstrado que em todo o mundo, não importa o indicador, o estatuto das mulheres é inferior ao dos homens. O tamanho das desigualdades varia. Se nos países ocidentais a discriminação em relação às mulheres tem a ver com o mercado de trabalho e, eventualmente, com a participação das mulheres na vida pública, em outros lugares o preconceito é de outra natureza: acesso desigual à educação (no Afeganistão ou em Burkina Faso), o infanticídio de meninas (na China, como consequência da política de filhos únicos), violências específicas (a excisão praticada na África; o estupro, como na guerra da Bósnia; as argelinas degoladas). De forma planetária, as mulheres são consideradas seres desiguais na vida ou na morte, no desemprego ou na herança, porém há algumas boas notícias em meio a deprimentes constatações: um pouco em toda a parte, as mulheres já têm direito ao voto. A Nova Zelândia inaugurou essa possibilidade em 1893, e, em 1994, quando enfim as sul-africanas tiveram acesso às urnas. É importante sublinhar que não existe correlação direta entre a prática democrática e a porcentagem de mulheres eleitas. Na Coreia do Sul, onde as mulheres votam desde 1946, são 20% nas assembleias. Os índices na França ou no Brasil são baixíssimos. Como bem diz o estudioso Jacques Vèron, "Quando nascem, as mulheres beneficiam-se da vantagem teórica de viver mais tempo que os homens. Mas, às vezes, é difícil para uma mulher viver e até mesmo, nascer".

E a situação em nosso país, qual é? Votadas ao silêncio da reprodução, recolhidas à mesmice do mundo doméstico, nossas mulheres teriam ao menos uma história? Foi para conhecê-las e analisar as relações entre homens e mulheres como eixo possível de uma reflexão sobre a condição humana que A história das mulheres no Brasil 1 foi organizado e escrito. Buscou-se aí compreender e mostrar como nasceram, viveram e morreram as mulheres da Colônia aos nossos dias. Procurou-se ouvir suas vozes, extraindo-as do limbo da memória. Encontradas nos limites da sociedade, entre outros grupos de minorias, elas nos falam por intermédio dos documentos históricos, contando-nos sobre as violências e

humilhações que sofreram, ou ainda sofrem, ou sobre os seus prazeres, de ontem e de hoje.

Aprendemos, assim, que nossas ancestrais índias, por exemplo, educavam seus filhos e usavam práticas mágicas para cuidá-los nas suas doenças. Que nossas bisavós namoravam à base de pisadelas e beliscões trocados furtivamente dentro das igrejas. Que usavam líquidos, pelos púbicos e sucos femininos no preparo de feitiços capazes de enlouquecer seus companheiros. Que nossas avós negras ganhavam a vida com costura, fabrico de doces, rendas e fios que eram vendidos em tabuleiros pelas ruas. Que houve aquelas que, por pobreza, foram obrigadas a abandonar seus filhos à porta da Santa Casa de Misericórdia com um bilhete no qual indicavam o nome do pequerrucho, a fim de identificá-lo nos dias melhores em que pudessem vir buscá-lo. Que nossas avós no sertão do Nordeste alternavam-se entre fazer renda, roçar ou carregar água ou dar aulas de piano e solfejo para garantir o sustento dos seus. E que aquelas do Sul acompanhavam pelos jornais os "Dez mandamentos da mulher: amai vosso marido sobre todas as coisas, não lhes jureis falso, preparai-lhe dias de festa...". E que no momento da emergência de uma vida burguesa no Brasil, houve aquelas que liam trechos de poesia em voz alta e que povoavam os sonhos dos homens, na forma de personagens de romance, belas de cujos lábios nossos avós sorviam beijos voluptuosos. Que houve mulheres que acabaram, elas também, tornando-se escritoras, lutando pelo abolicionismo, pela República, pelo feminismo e que buscavam a valorização do gênero. E aquelas que foram "professorinhas" e que acreditavam que "as mulheres deviam ser mais educadas do que instruídas, pois são o pilar que sustenta o lar". Houve tantas pobres, aviltadas pela violência e miséria na qual viviam e que davam respostas diante do drama que lhes impunha sistema. Foi o caso de L., presa no século passado por "proferir palavras ofensivas à moral pública na Praça da República", e o de B., que atirou em seu marido por estar cansada de suas ofensas e surras. Hoje é o caso de tantas mulheres que tentam equilibrar a precariedade do laço conjugal com a dupla jornada de trabalho: dentro e fora de casa. No campo prossegue a história daquelas que, há muito, criam seus filhos "debaixo dos pés de café", lutando contra a modernização da agricultura. A história de nossas mulheres é também aquela de loucas, de prostitutas, de homossexuais, de anarquistas, de rebeldes cujos papéis sociais continuam a contrariar o ideal feminino que lhes é cobrado pela sociedade em que vivem.

Mas, afinal, poderíamos nos perguntar para que serve a história de nossas mães ou avós? E a resposta viria simples: para fazê-las continuar a existir, viver e ser. Essa é, afinal, uma das funções potenciais da história. Não cabe fazer a história das mulheres por meio de erros ou acertos sobre o seu passado, contar a saga de heroínas ou mártires, o que seria de um terrível anacronismo. O que importa é desvendar as tensões, contradições e negociações que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e a sociedade na qual estavam inseridas. Trata-se de desvendar hoje as complexas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é articula-se com o fato social que ela mesma fabrica e do qual é parte integrante. Significa também transmitir-lhes uma mensagem de alegria, fazendo-as perceber o quanto sempre foram fundamentais para a construção de nosso país, de nossa cultura, do que somos e seremos. De sua contribuição no passado, contribuição feita de coragem, amor e criatividade, nasceu a mulher que hoje aí está transitando de um papel social a outro, sendo simultaneamente mãe, amante, mulher, profissional, enfermeira, professora, cozinheira, enfim... tudo! Mulher que procura afastar os seus entes queridos do gosto amargo da vida, oferecendo-lhes leite, mas também mel. Afinal, no começo de nossas sociedades, era a mulher, a mãe; o verbo só veio mais tarde!

NOVOS DESAFIOS

Segundo pesquisas recentes, a maioria das brasileiras quer realizar-se por meio do trabalho. Para elas, nosso tempo é aquele de novos desafios. Como vencê-los, se o mundo profissional parece-nos uma verdadeira "guerra dos sexos"? Penso que no Brasil as mulheres estão mais preocupadas em questionar e interrogar sua identidade do que em opor-se aos homens. Para nós é mais importante estruturar o futuro, nossa relação com a família e o trabalho do que polarizar debates com companheiros, pais e irmãos. Não creio que jamais ouviremos aqui piadas do tipo "as mulheres não são homens como os outros"! Aqui, a guerra dos sexos nunca teve a amplitude que adquiriu nos Estados Unidos. Como em muitos outros países latinos, as brasileiras, descontentas algumas feministas radicais, sempre se recusaram em ver no homem um inimigo hereditário. Do nosso convívio amigável, nasceu uma pergunta: Como viver e trabalhar junto preservando nossa identidade e conservando nossa autonomia?

A mulher brasileira trabalha há centenas de anos. Nos primórdios da colonização, elas foram fazendeiras, comerciantes, lavadeiras, escravas. Nas primeiras décadas do século XX, grande parte do proletariado era constituído por mulheres. Espanholas, italianas, polonesas e sírias constituíam 67,62% da mão de obra. As mulheres negras, após a abolição, continuaram, por sua vez, trabalhando nos setores mais desqualificados e recebendo salários baixíssimos. Nos anos 1970, a integração de mulheres em grupos comunitários resultou na participação em comissões jurídicas e políticas que passaram a atuar para ampliar e melhorar suas condições de vida nas grandes cidades. Elas participaram também do processo de elaboração da Constituição de 1988, quando vários direitos relativos à vida e ao trabalho feminino foram definidos e melhorados.

Apesar de subsistirem problemas (segregação ocupacional por preconceito racial, disparidades salariais e menor participação feminina nas associações de categorias profissionais, entre outras) as mulheres vêm obtendo progressivamente uma igualdade de reconhecimento, se não de direitos com os homens. A conquista da autonomia profissional, a evolução dos modelos familiares e o controle da procriação transformaram sua imagem e situação social. A presença feminina afirmou-se notadamente no mundo do trabalho e, desde os anos 1980, o crescimento da população ativa deve muito às mulheres; tudo indica que essa progressão se conserva apesar do desemprego. Estudos demonstram, contudo, a persistência de profundas desigualdades entre os dois sexos: desigualdade econômica, política ou de acesso aos postos de poder. Dentro dos casais, a partilha de tarefas ainda é uma doce utopia; as mulheres consagram-se três vezes mais que seus companheiros às atividades domésticas. Ainda temos muito por conquistar.

Contudo, a temática das desigualdades me parece estar relegada ao segundo plano, em benefício da temática das identidades. A construção de si e o desenvolvimento pessoal são uma prioridade para todos os indivíduos neste início de século XXI. A questão maior para as brasileiras tem sido a de recusar as identidades importadas, preferindo investir na sua própria diferença. O padrão da supermulher dos anos 1980, tipo "executiva americana de Wall Street", calcado sobre um modelo masculino competitivo e de forte investimento profissional, não nos serve. A novidade dos anos mais recentes é que, na construção de suas identidades, cada vez mais as mulheres utilizam novas lógicas em função de suas motivações, de suas sensibilidades e de seus valores. Mais do que identificar-se aos valores masculinos, elas afirmam suas diferenças. Qualidades ditas "femininas" emergiram e são cada vez mais valorizadas. A negociação, a mediação, como modo de resolução dos conflitos, são preferíveis ao autoritarismo, até nas práticas de certos dirigentes políticos. A cooperação e a solidariedade, a assistência ao outro, esvaziam o espírito de competição e o egoísmo. A educação toma o lugar, pouco a pouco, das antigas formas de disciplina repressivas. A preocupação com o meio ambiente substituiu a relação predatória com a natureza. Nas sociedades ocidentais, esse processo de "feminização" começou a aparecer tanto na organização do trabalho quanto nos modos de vida, nas formas de consumo ou de comunicação. Eis porque começamos a ver na propaganda a imagem de "homens voltados para a vida privada", desejosos de se apropriar do que era considerado um atributo das mulheres. Não há dúvida que

aquelas que o filósofo Edgard Morin descreveu como "as agentes secretas da modernidade" tornaram-se as principais personagens das mudanças estruturais em nossa sociedade.

Nesse tempo em que as mulheres tornaram-se independentes na escolha de suas vidas profissionais e de sua maneira de ser, os modelos femininos tornaram-se complexos e diversificados. As mulheres reivindicam não mais serem reduzidas a uma só dimensão: elas querem ser ao mesmo tempo mães, trabalhadoras, cidadãs e sujeitos de seu lazer e prazer. E isso tudo com o estilo próprio com que cada uma constrói suas relações com o homem. Sabemos perfeitamente que o pilar de uma sociedade saudável não é apenas a mulher, mas ambos. O homem e a mulher.

A PRESA MAIS VULNERÁVEL

Violência, brutalidade e barbárie: as notícias sobre as novas modalidades de ataques a mulheres reviram o estômago de qualquer cidadão paulistano. A orientação da polícia de manter o carro trancado, o vidro fechado, o olhar vigilante pelo retrovisor não vale mais nada. Por não poder agredi-las direta e fisicamente, os assaltantes agridem agora sua única "couraça" e proteção urbana: o carro. Ninguém mais está a salvo. As ruas e avenidas de São Paulo viraram uma "terra de ninguém", onde a mulher é a presa mais vulnerável. Ela é vítima de seu corpo e de seu sexo. Sua fragilidade física a condena. Com o carro batido, ela apanha do mesmo jeito. Roubada no caixa automático, ela se vê roubada também, e sobretudo, em sua dignidade, sua honra, sua confiança na vida.

As mulheres dos Jardins nos fazem pensar em outras, moradoras da periferia, despossuídas de automóveis, mas também humilhadas quase diariamente por ladrões e estupradores que as esperam nos cantos escuros de ruas e vielas que as conduzem de volta para casa depois de um dia de trabalho exaustivo. Umas e outras são mães, esposas e irmãs. São mulheres que trabalham para ajudar ou garantir o sustento de filhos, pais e companheiros. Não estamos diante de personagens erotizados, como tantas heroínas de filmes americanos que, uma vez seviciadas, têm de provar, diante do juiz, que os ataques masculinos não são resultado de sua beleza ou de suas formas exuberantes. Não. Estamos diante de mulheres cujo único crime é o de circular à noite, desacompanhadas, por motivo profissional ou familiar.

Sabemos que a violência contra as mulheres é histórica. Nos bairros ricos ou pobres elas sempre foram o alvo de maridos alcoólatras, drogados ou ciumentos, de vinganças e suspeitas regadas à insegurança e à força bruta. Mas se a covardia explícita do homem voltava-se, há algum tempo, contra alguém de seu círculo mais íntimo, hoje essa covardia atinge qualquer uma. A mais desprotegida, talvez... A lógica é a de escolher a presa mais fácil. A covardia de homens que agridem mulheres sozinhas é uma barbárie inegável. Não é à toa que pelas "leis da cadeia" e por presos perigosos, eles são considerados a escória, o lixo! O triste, no entanto, é que o escândalo que, em um primeiro momento suscita a brutalidade cometida contra mulheres sós e indefesas, é comumente seguido, em toda a imprensa e na sociedade, por uma enorme onda de inércia.

Espera-se um próximo espetáculo público no qual outra mulher se dobrará aos golpes de um assaltante. Sejam esses golpes físicos ou morais. Como um boxeador, ele não cessará de bater enquanto ela não "for à lona". A peculiaridade de nossa época é que tais assaltos se estendem ao território da intimidade feminina. Ao corpo da mulher. As assaltadas servem de "diversão" aos seus predadores: devem beijá-los, deixar-se alisar, deixar-se surrar sem reclamar. O revólver frio e engatilhado encostado à barriga, à têmpora ou ao peito garante o silêncio.

O tipo de assalto que atinge mais diretamente às mulheres situa a violência dos bandidos que os cometem nos confins da sociedade, lá onde se localizam as fronteiras da civilização, lá onde estão as

linhas de demarcação entre o homem e o animal. Entre o homem e a besta. Nessa fronteira, os bandidos são *i-mundos*, ou seja, estão fora desse mundo. A violência que perpetraram contra mulheres desprotegidas é, contudo, bastante concreta: ela se associa ao desejo e à sua materialização. Desejo de possuir dinheiro, de dominar o sexo oposto, mas também a possibilidade de realizar rapidamente esse desejo. Daí a utilização do carro, símbolo mesmo da rapidez e da velocidade.

A violência cometida por tais facínoras não é apenas sinônimo de destruição, de perda emocional e de mutilação moral para a mulher, ela é um mecanismo de gratificação e narcisismo para o marginal. Daí esse marginal significar, tão claramente, a reunião da brutalidade e da monstruosidade. E se, no passado, o monstro trazia as suas marcas de infâmia no corpo, hoje ele as traz na alma.

Não existem palavras de consolo para tranquilizar mulheres batidas, seviciadas, maltratadas, roubadas. Não há gesto de solidariedade que baste em relação aos seus familiares. O único consolo tem sido esperar que as autoridades tomem as devidas providências no sentido de priorizar a captura dos bandidos.

Pessoalmente não creio que carros blindados, artes marciais ou estratégias de esperteza feminina sejam suficientes para combater a violência da qual a mulher é vítima em permanência, em nossa cidade. Penso que é preciso uma enorme mobilização de mulheres. Mobilização que agrupe grupos de mães, feministas, profissionais organizadas em sindicatos, vereadoras e deputadas, professoras e estudantes, religiosas, enfim, de mulheres de todos os segmentos para dizer, diariamente, não à violência; e para pressionar, sem tréguas e por todos os meios, as autoridades. Mulheres dispostas a lembrar-lhes, incansavelmente, que qualquer forma de constrangimento físico viola um valor sagrado de nossa sociedade: a integridade do indivíduo.

SOLIDÃO FEMININA

Mulheres e solidão têm andado de mãos juntas. As razões são múltiplas. Elas são, segundo os censos demográficos, maioria nas grandes cidades. A entrada de um enorme contingente da população feminina no mercado de trabalho afastou-as do ideal de nossas avós: ou seja, casar, viver ao lado do "maridinho" e ter muitos filhos. Muitas ficaram viúvas, divorciaram-se, são mulheres sós. Outras, mesmo ao lado de alguém, sentem-se solitárias. Esmagadas pela teoria do happy end exportada com a cultura americana, buscam insistentemente um final feliz para si próprias.

Passar o tempo, enganar a tristeza ou o tédio são subterfúgios corriqueiros para evitar a todo preço a experiência banal e violenta que tantas temem. A solidão, contudo, sempre foi um grande tema literário. Está nos romances, nas novelas, na letra da música popular. "Ah... Mas eu preciso aprender a ser só", choraminga a Bossa Nova. Incrível é que as mulheres raramente se dão conta de que a solidão é sinônimo de liberdade. A tal liberdade a que tanto aspiramos, mas que nos torna responsáveis diante do tempo de que dispomos para estar só. Mas o que fazer dessa perigosa liberdade para que a tristeza aí também não se instale?

Se consideramos a solidão como o maior dos males, expressão de um vazio interior que é preciso preencher, é possível, como sugerem os filósofos, fazer de um inimigo um aliado, refletir sobre um sentimento familiar, mas sem glória, acordar-lhe um lugar menos negativo... tratando da solidão sem destilá-la. Não se fala aqui da solidão na qual não se sabe o que fazer de si própria, na qual se erra, sem destino; mas de um desses momentos saboreados, que podem ser exultantes mesmo sendo dolorosos, no qual, depois de ter-se concentrado por um longo tempo, o espírito se abandona e vagabundeia, pulando de ideia em ideia, percorrendo preguiçosamente várias opções sem saber qual a melhor para escolher.

Ganhar ou perder tempo, nessas horas, dá no mesmo. O importante é lembrar que a solidão pode ser extremamente fecunda. Einstein gostava de isolar-se em um veleiro; Heisenberg, caminhava sozinho pelas montanhas. Sem querer cair no exagero, quero dizer que a solidão pode ser extremamente criativa. Para aquelas que evitam tomar a medida de sua própria fragilidade, o vazio num momento de solidão pode aparecer como algo detestável. Pode mesmo ser confundido com doença, com depressão e ser mascarado por remédios. Inversamente, para quem costuma desconfiar das próprias certezas, das verdades estabelecidas e mesmo das próprias dúvidas, o monstro torna-se familiar, costumeiro e como que aprisionado. E aí podemos dizer sem medo: "Bom dia, solidão"!

SUBMISSÃO NO SÉCULO XXI?

Más notícias nessa entrada do século XXI: as mulheres continuam submissas! De nada adiantou a propalada revolução sexual, a queima de sutiãs em praça pública, a difusão da pílula. É como se quiséssemos continuar como as eternas representantes do "sexo frágil", a quem tudo se impõe. Mudamos muito, mas mudamos para continuarmos as mesmas. O que há de ruim nisso? Há um fato novo e quase imperceptível para a maioria de nós. Trocamos a dominação de pais, maridos e patrões por outra, invisível, e por isso mesmo mais perigosa. A dominação da mídia e da publicidade. É ruim e até pior, pois diariamente enfrentamos a tarefa de ter de ser eternamente jovens, belas e sadias. Não há prisão mais violenta do que aquela que não nos permite mudar. Que nos bombardeia com imagens de eterna juventude, nos doutrinando a negar as mudanças.

Como envelhecer, quando tudo que nos cerca — o outdoor, a televisão, as fotos na revista — é construído de forma a negar o envelhecimento; envelhecimento definido, em nosso tempo, como sinônimo de perda? Os sociólogos têm denunciado o fato de que vivemos um terrível paradoxo: a possibilidade oferecida de, enfim, prolongar seus dias é vivida como algo de negativo. Moldada em torno de valores como o progresso e a juventude, nossa sociedade lida mal com o número crescente daqueles que, envelhecendo, beneficiam-se de um alongamento sem precedentes da esperança de vida.

Os efeitos dessa constatação entre as mulheres é perverso. Em sua grande maioria, investem tudo o que podem na aparência exterior. O modelo de Giseles, Xuxas, Veras parece não deixar opção. Não há limites para continuar magra, turbinada e vitaminada. As cirurgias plásticas, no entender de uma conhecida atriz, tornaram-se uma questão de "higiene". O silicone nos seios substitui, como explicou saudoso, um comediante, o "tradicional leitinho". Ora, a identidade corporal feminina está sendo condicionada não pelas conquistas da mulher no mundo privado ou público, mas por mecanismos de ajuste obrigatório da tríade beleza-juventude-saúde. Leia-se: a mulher deve explicitar a beleza do corpo por sua juventude, sua juventude por sua saúde, sua saúde por sua beleza.

Pode não parecer evidente, mas as relações que temos tido com nossos corpos revelam o tipo de identidade que estamos construindo. As revistas femininas nos ensinam que vivemos um momento ideal de "otimismo". "Que idade? Jovem!". O anúncio acompanha o produto anti-rugas com o rosto sorridente da mulher de idade indefinida. A foto resume bem essa disposição para fazer com que a idade madura pareça o fim da história. Nada existiria depois dela. Nem mesmo aquele país cinza, da cor da cabeça de nossas avós. A mídia, por sua vez, cauciona essa tese sem pudores. Argumentos publicitários, produtos de beleza e medicina vulgarizada nas revistas são os mecanismos sutis, mas extremamente repressivos, que agem sobre o corpo feminino. Bom seria começar a ter uma posição crítica em relação a esses discursos. Discursos tão mais perigosos quanto aderem de maneira sub-reptícia a nosso cotidiano fazendo-nos confundir sua normalidade com banalidade. O que estamos esperando para começar a

reagir?

MULHERES, HISTÓRIA E PERSPECTIVAS

Brasil 500 anos. Alguém já pensou no significado dessa história para as mulheres?

Contrariamente ao que muitos pensam, nunca fomos "mulheres de vida fácil". Desde os primórdios, a luta pela própria sobrevivência ou a dos seus foi a marca de nossas ancestrais. A dupla jornada de trabalho existiu para a maior parte delas. O trabalho no campo ou na cidade, em casa ou nas ruas, era acrescido de muitas outras tarefas, fundamentais para a estabilidade da família. Depois de um dia extenuante de trabalho fora, havia ainda o que fazer. Cada casa era uma pequena indústria doméstica na qual se produzia de sabão, conservas e embutidos a roupas e tudo o mais que garantisse um relativo conforto aos seus membros.

O século XX trouxe mudanças radicais para esse cotidiano. Fácil e barata, a mão de obra feminina cresceu, absorvendo populações inteiras de migrantes vindas das áreas rurais. Com as mudanças econômicas, deixava-se lentamente para trás uma maneira especial de ser mulher: aquela que conjugava todos os papéis ao mesmo tempo. Explico. Nossas avós, diferentemente de nós, eram ao mesmo tempo mestras, pois nos ensinavam as primeiras letras e os primeiros livros; e médicas, pois nos curavam com chãs e mezinhas caseiras. Encarregavam-se também de nos formar espiritualmente, espécie de memória viva de cada família independentemente do credo de cada uma, contando-nos sobre a vida e a morte, o passado e o presente, as leis de Deus ou dos homens. Hoje, tudo mudou. Dividimos com especialistas nossas responsabilidades de mães e mulheres: o psicopedagogo, o fonoaudiólogo, o psicólogo, o professor de natação, de futebol, de línguas, enfim, um batalhão de profissionais que traz sua contribuição para que possamos nos dedicar cada vez mais e melhor à luta pela sobrevivência e à vida nada fácil. Vantagens: muitas. Problemas: alguns.

Não são poucos os educadores a se queixarem que muitas de nós empurram a formação — não estou falando em educação — de seus filhos para a escola, para o psicólogo, enfim, para outrem. É como se realizar-se e tornar-se boa profissional nos fizesse esquecer certas responsabilidades fundamentais. Ao final do dia, exaustas, recorremos aos serviços das próteses pós-modernas, substitutas dos serviços da indústria caseira que não existe mais. Tudo pode ser comprado na esquina de casa e os eletrodomésticos fazem o resto. Mas, e quem depende de nós? Os 500 anos de história, nos convidam a repensar nossa relação com os nossos. Vamos começar pela palavra "responsabilidade". Na raiz latina, *sponsor* tem o sentido de engajar-se, comprometer-se, garantir; é como responder: "Presente". Mesmo que por uma presença viva, mortal e, portanto, imperfeita. Ora, a primeira característica da responsabilidade é essa de dizer presente a si próprio e a outrem. A aprendizagem é difícil. Basta pensar nas crianças que, ao cometer um erro, dizem logo: "não fui eu". Mas nossa condição se constrói atribuindo nossos atos a um sujeito: eu mesmo. Uma situação tão dura suscita, em todas as idades, protestos e resistências. Os advogados chegam a alegar "irresponsabilidade" em defesa de certos acusados, tentando evitar-lhes julgamento e punições. Mas a verdade é que a responsabilidade não é uma virtude. É um princípio. Nenhuma geração está isenta de colocar limites e obstáculos ao desejo de tudo fazer e poder. Acho que nesses quinhentos anos está nos faltando pensar nisso. Somos uma geração que tem poucos valores e saberes a transmitir. Nos perdemos entre consumismo, revolução sexual, liberação e globalização! Estamos criando nossos filhos com muitos direitos e poucos deveres e vendo-os encaminhar-se para um mundo ameaçado por preocupações econômicas, tecnológicas e ecológicas, onde o medo e a violência são uma constante.

Ora, depois de termos aproveitado as vantagens da emancipação feminina, de termos vivido nos tempos do "é proibido proibir!", não dá para pensar "après moi, le déluge", pois corremos o sério risco de morreremos afogadas. Ao nos perguntarmos "como será o futuro?", não se trata mais de querer mudar o mundo, mas de questionar: o que recebemos? O que estamos dando?

Que tal parar um pouco, lembrar de nossas avós e nos deixarmos interpelar por essa palavra: responsabilidade?

CORPO A CORPO COM AS MULHERES

Produto social, produto cultural e histórico, nossa sociedade fragmentou o corpo feminino e o recompôs, regulando seus usos, normas e funções. Nos últimos cem anos, a mulher brasileira viveu diversas transformações físicas. Viu ser introduzida a higiene corporal, que alimentada pela revolução microbiológica transformou-se numa radicalização compulsiva e ansiosa. Acompanhou a invenção do batom, em 1925, do desodorante, nos anos 1950. Nos anos 1920, cortou os cabelos "à la garçonne", gesto sacrílego contra vastas cabeleiras do século XIX. O aprofundamento dos decotes levou-a a aderir à depilação. O espartilho, graças ao trabalho feminino nas fábricas, diminuiu e se transformou em sutiã para possibilitar maior movimentação dos braços. "Manter a linha" tornou-se um culto. A magreza ativa foi a resposta do século XX à gordura passiva da *belle époque*. O jeans colado e a minissaia sucederam, nos anos 1960, o erotismo da mão na luva e das saias no meio dos tornozelos característicos dos anos 1920. Com o desaparecimento da luva, essa capa sensual que funcionava ao mesmo tempo como freio e estímulo do desejo, surgiu o esmalte de unhas. No decorrer do século XX a mulher se despiu. O nu, na mídia, nas televisões, nas revistas e nas praias, incentivou o corpo a desvelar-se em público, banalizando-se sexualmente. A solução foi cobri-lo de cremes, vitaminas, silicones e colágenos. A pele tonificada, alisada, limpa, apresenta-se idealmente como uma nova forma de vestimenta, que não enruga nem "amassa" jamais. Uma estética esportiva voltada ao culto do corpo, fonte inesgotável de ansiedade e frustração, levou a melhor sobre a sensualidade imaginária e simbólica. Diferentemente de nossas avós, não nos preocupamos mais em salvar nossas almas, mas em salvar nossos corpos da desgraça da rejeição social. Nosso tormento não é o fogo do inferno, mas a balança e o espelho. "Liberar-se" tornou-se sinônimo de lutar, centímetro por centímetro, contra a decrepitude fatal e, agora, culpada, pois o prestígio exagerado da juventude tornou a velhice vergonhosa.

O corpo feminino passou também por uma revolução silenciosa nas últimas três décadas. A pílula anticoncepcional permitiu-lhe fazer do sexo não mais uma questão moral, mas de bem-estar e prazer. A mulher tornou-se, assim, mais exigente em relação ao seu parceiro, vivendo uma sexualidade mais ativa e prolongada. Entre os sexos surgiram normas e práticas mais igualitárias. A corrente de igualdade não varreu, contudo, a dissimetria profunda entre homens e mulheres na atividade sexual. Quando da realização do ato físico, desejo e excitação física continuam percebidos como domínio e espaço de responsabilidade masculina. O casal raramente reconhece a existência e a autonomia do desejo feminino, obrigando-o a esconder-se atrás da capa da afetividade. A famosa "pílula azul", o Viagra, só veio a reforçar o primado do desejo masculino, explicitando uma visão física e mecanicista do ato sexual, reduzido ao bom funcionamento de um único órgão. Revanche masculina contra o "domínio de si" que a pílula anticoncepcional deu à mulher?

O espaço privado no qual tais mudanças se impuseram também mudou. A brasileira saiu do campo e veio para a cidade. Teve de mudar o corpo e alma. Em meio à solidão da grande cidade, ao

trânsito, à corrida contra o relógio, aprendeu a sonhar com a emoção do sentimento sincero, com o fantasma da interação transparente e fusional. Leu preferencialmente romances e livros de autoajuda, sempre à espera de um príncipe encantado que a levasse de volta ao século XIX. Mas aprendeu também que, neste mundo de competição e trabalho, os sentimentos intensos demais provocam horrível embaraço, e que as lágrimas e a dor devem se submeter a implacável discricção afetiva; a um tal de "self control". Sob o choque da modernidade capitalista, ela viu igualmente a família se modificar. A crescente dissolução de casamentos que duram cada vez menos, o aumento de divórcios que não impedem ninguém de recomeçar constituíram-se em novo cenário para as relações afetivas. É o fim de um mundo constituído por vastas parentelas, famílias enormes, sobrinhos e afilhados reunidos nos domingos para o almoço; onde residem tensões mas também, e sobretudo, solidariedades. Ocupando cada vez mais os postos de trabalho, a mulher vê-se na obrigação de buscar um equilíbrio entre o público e o privado. Tarefa fácil? Não. O modelo que lhe foi oferecido como exemplo, até bem pouco tempo atrás, era o masculino. O modelo feminino da supermulher dos anos 1980, calcado sobre um modelo de forte investimento profissional e de competição, era o de "um homem como nós", como diriam alguns patrões. Mas a "executiva de saias" não deu certo. Isso porque são numerosas as dificuldades e os sacrifícios da mulher quando ela quer conciliar seus papéis familiares e profissionais. Ela é obrigada a utilizar estratégias complicadas para dar conta do que sociólogos chamam de "dobradinha infernal". A carga mental em que se constituem as imbricações e sucessões de atividades profissionais, o trabalho doméstico, a educação dos filhos é mais pesada para ela do que para o homem. Quando quer investir profissionalmente, ela acaba por hipotecar sua vida familiar ou usar todo o tipo de astuciosa bricolagem, sacrificando o tempo livre que teria para seu prazer e seu lazer e que poderia ser vivido na esfera doméstica. Muitas mulheres, menos afortunadas, são assim empurradas para uma pesadíssima jornada de trabalho.

O diagnóstico das revoluções femininas século XX é, por assim dizer, ambíguo. Ele aponta para conquistas, mas também para armadilhas. No campo da aparência, da sexualidade, do trabalho e da família houve conquistas, mas também frustrações. A tirania da perfeição física empurrou a mulher não para a busca de uma identidade, mas de uma identificação. A revolução sexual eclipsou-se diante dos riscos da AIDS. A profissionalização, se trouxe independência, trouxe também estresse, fadiga e exaustão. A desestruturação familiar onerou sobretudo os dependentes mais indefesos: os filhos. Como lidar com essas tensões? Em países onde tais questões já foram discutidas há algum tempo, a resposta veio como proposta para o século XXI: uma nova ética para a mulher. Que ética seria essa?

Uma ética baseada em valores absolutamente femininos. Me explico. De Mary Wollstonecraft, no século XVIII, a Simone de Beauvoir nos anos 1950, o objetivo do feminismo foi provar que as mulheres são "homens como os outros" e devem, conseqüentemente, beneficiar-se de direitos iguais. Todavia, numerosas vozes levantaram-se, no final do último milênio, para denunciar os conteúdos abstrato e falso dessas ideias. Elas nunca levaram em conta as diferenças concretas entre os sexos, incentivando as mulheres a conformar-se a um modelo concebido por e para homens. Para lutar contra a subordinação das mulheres, essa nova ética considera que não se deve implicitamente adotar os valores masculinos para parecer-se mais aos homens. Mas que se deve, ao contrário, repensar não somente a indiferença em relação aos interesses femininos, mas, sobretudo, o desprezo pelas virtudes tradicionalmente femininas.

Um debate vigoroso sobre o tema teve lugar nos países de língua inglesa, alavancada pelo livro de Carol Gillian sobre o "cuidar", ou "care", palavra que designa o sentimento moral de solicitude, e o trabalho feito de cuidados ministrados pelas mulheres às pessoas dependentes (crianças, idosos, doentes etc.). Por seu duplo sentido, o termo permite exprimir a ideia de uma identidade moral feminina específica. Mas ele incita, igualmente, a acordar um valor fundamental ao trabalho exercido pela mulher que, em sua vida privada, cuida, dá atenção e tratamento a outrem. Ora, sabemos que o exercício radical

dos direitos individuais levou à autonomia, à independência e à responsabilidade de si mesmo. Autonomia por vezes excessiva. Independência por vezes egoísta e, tantas outras, autocentrada. A ética proposta por Gillian é uma resposta a essas experiências. Ela nos convida a sair de nossa individualidade para que nos tornemos seres relacionais. Seres capazes de responder às necessidades dos que nos cercam a partir de gestos concretos. Ela convida a abandonar o paradigma do "masculino" para valorizar a mulher, prestigiando características do universo feminino: capacidade de mediar, ouvir, contemporizar. A importância dessa ética reside no fato de que ela implica articular responsabilidades em relação aos outros, aos menos favorecidos, e a encontrar soluções menos teóricas e mais práticas para os seus problemas. Outra de suas qualidades é a de essa ética da solicitude atingir basicamente as situações de responsabilidade parental. As crianças, filhos e netos, serão os mais beneficiados. Na sua dupla dimensão de sentimento e trabalho, essa ética é acionada no domínio privado, dinamizando uma das áreas que as mulheres do século XX mais desguarneceram: a da vida privada, de seus lares e famílias.

Na construção de suas identidades, cada vez mais as mulheres devem utilizar novas lógicas de ação individual em função de suas motivações, de sua sensibilidade e dos valores de cada uma. Mais do que identificar-se aos valores masculinos, devem afirmar suas diferenças. E essa diferença, sofrida durante séculos, é hoje cada vez mais uma escolha, uma opção. Diversas tipologias foram criadas para caracterizar identidades femininas e masculinas. Na distribuição de valores, por exemplo, acorda-se às mulheres a empatia, o altruísmo, a proteção, a solidariedade e mesmo a preocupação ecológica; aos homens atribui-se o julgamento racional, os princípios de igualdade, a imparcialidade e o espírito de competição. As profissões mais "feminizadas" atestam essas representações: às mulheres a educação, a saúde, o social.

Nos anos 1980, essa questão de diferenças morais suscitou numerosos debates, pois ao atribuir às mulheres um sistema de valores diferente dos do homem, poderia excluí-las de postos de responsabilidade ou da vida política. Hoje, as discussões em torno da hierarquia de valores distribuída entre homens e mulheres não tem mais sentido. Sim, pois teorias que valorizam a "androginia" tiveram certo sucesso, propondo como indivíduo ideal, esse ou essa, capaz de adotar indiferentemente comportamentos "femininos", como a sensibilidade ou "masculinos", como a firmeza. "Um é o outro", como definiu a filósofa francesa Élisabeth Badinter* [*Élisabeth Badinter, L'un est l'autre, Paris: Odile Jacob, 1986.*] Querer apagar todas as diferenças tem o mérito de lutar contra os exageros daqueles que naturalizam essa diferença para justificar uma "ordem" das coisas. As pesquisas atuais apontam para uma repartição variável entre os dois sexos do que qualificaríamos de valores femininos ou masculinos. O desaparecimento dos papéis fixos deixa, assim, lugar para uma rica diversidade de estratégias e de configurações, oferecendo oportunidades tanto para homens quanto para mulheres para exercer seus papéis sociais, ora de forma masculina, ora de forma feminina. Essa progressão da combinação de valores começa a observar-se, aliás, nos centros mais desenvolvidos da sociedade em geral.

Entre a herança dos anos libertários de 1968 e o desenvolvimento de um pensamento pós-moderno, os valores ditos "femininos" fizeram sua intrusão e são cada vez mais apreciados socialmente. A negociação e a mediação como modos de resolução dos conflitos são preferíveis ao autoritarismo, até nas práticas de certos dirigentes políticos. A cooperação e a solidariedade, sobretudo a assistência ao outro, esvaziam o espírito de competição e egoísmo. A educação pedagógica toma o lugar, pouco a pouco, das antigas formas de disciplina repressivas. Nas sociedades ocidentais, esse processo de "feminização" começou a aparecer tanto na organização do trabalho quanto nos modos de vida, nas formas de consumo ou de comunicação. Eis porque começamos a ver na propaganda a publicidade de "homens voltados para a vida privada", desejosos de se apropriar do que era considerado um atributo das mulheres. Não há dúvida que aquelas que o filósofo Edgard Morin descreveu como "as agentes secretas da modernidade" tornaram-se as principais personagens das mudanças estruturais em nossas

sociedade.

A passagem do século XX para o XXI parece marcar uma ruptura na história da invisibilidade das mulheres. Só lhes falta uma participação maior na representação política. No mais, caminhamos para um pós-feminismo no qual a ideia de cuidar, de combinar, de associar, de mixagem tornou-se um valor fundamental, ético e universal, pois homens e mulheres não podem viver uns sem os outros. Ora, todos sabemos que cuidar implica aplicar atenções, tratar, ter cuidados, afeiçoar-se, dedicar-se, enfim, em amar. Podemos imaginar um mundo melhor, para o século XXI, do que esse em que melhor "nos cuidássemos uns aos outros"?

Crianças, jovens e velhos

HOJE, QUASE COMO ANTES

Crianças. Quem não gosta do riso, da graça, da alegria desses pequenos seres adorados! Há, infelizmente, "crianças" insuportáveis, fruto da educação via tevê, com desastrosos programas tipo Xuxa que as tornam cada vez mais barulhentas, malcriadas e gritonas. Doces ou infernais são, contudo, assunto sério e tema sobre o qual historiadores vêm se debruçando com profundo interesse. Sua história se passa à sombra daquela dos adultos, em um país demarcado por contradições econômicas e culturais.

Ao longo dessa história, vivendo entre pais, mestres, senhores e patrões, os pequenos corpos dobraram-se tanto à violência, à força e às humilhações quanto foram amparados pela ternura e os sentimentos. Resgatar a história da criança brasileira tem sido dar de cara com um passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de tragédias anônimas que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas.

O abandono de bebês, a venda de crianças escravas — que eram separadas de seus pais —, a vida em instituições que, no melhor dos casos, representavam mera sobrevivência, as violências cotidianas que não excluía os abusos sexuais, as doenças, queimaduras e fraturas sofridas no trabalho escravo ou operário foram situações que empurraram, por mais de três séculos, a história da infância no Brasil. Contudo, se é verdade que dela surge uma imagem de autoritarismo e indignidade impostos por adultos às crianças, surge também uma história de amor materno e paterno, de afeto e da humanidade de numerosas pessoas que, acima de preconceitos e interesses mesquinhos, deixaram-se sempre sensibilizar com aqueles que, antes de tudo, são os mais carentes e indefesos dos seres humanos.

Com um grupo de colegas, organizamos a História da criança no Brasil. 1 Começamos em Portugal, contando dos pequeninos que embarcavam nas caravelas rumo ao Novo Mundo. Havia aqueles que vinham com seus pais, bem instalados na condição de viajantes de primeira categoria; mas o que poucos sabem é que grumetes de sete ou oito anos faziam o trabalho pesado e disputavam com ratazanas o pouco alimento recebido ou o espaço para dormir no convés. Num naufrágio, os pequenos de qualquer categoria eram os últimos a sair do navio, pois, naquela época, mais valia uma vida adulta, já que as doenças infantis deixavam a expectativa de vida num patamar baixíssimo.

Contamos, a seguir, a história dos curumins e dos filhos dos colonos nas escolas jesuíticas. Aí, o tempo corria entre brincadeiras, orações, aulas de latim e banhos de rio.

Os filhos de escravos, por sua vez, ajudavam suas mães desde cedo. No campo, alimentavam a criação, arrancavam ervas daninhas, buscavam água. Na cidade, carregavam o tripé dos tabuleiros de doces vendidos pela mãe, levavam recados e os cadernos do "sinhozinho" branco que ia à escola. Moleque escravo não estudava. Aliás, a escola pública no século XIX interditava expressamente sua entrada. Por outro lado, livres e libertos frequentavam a Instrução Pública a partir dos sete anos, quando aprendiam matérias como "escrita, leitura, doutrina cristã e história pátria".

"Meninos pobres e indigentes" tinham o apoio do governo que lhes fornecia vestuário e material escolar sendo, normalmente, encaminhados para o Asilo dos Meninos Desvalidos.

E os cuidados com o bebê no passado? O universo mental era outro e, por isso, a criança era protegida de toda ameaça invisível: bruxas que pudessem lhes sugar o sangue à noite, mau-olhado e quebranto. Protegia-se também o pequenino, dando-lhe de comer da própria boca da mãe. O dedo em anzol enchia a boquinha do faminto de pirão de farinha, pois a preocupação era "arredondá-lo" para fortalecê-lo no confronto com as doenças que rondavam esses tempos sem vacinas.

Durante o Império, os filhos dos fazendeiros de café tinham vida de príncipes: passeios na carrocinha puxada por cabritos, preceptores particulares, brinquedos — até pianos — importados da Europa, e escravos pequenos que eram maltratados, servindo de "cavalinho". Durante a Guerra do Paraguai, os meninos pobres serviram na frente de combate da Marinha brasileira. Recrutados sem treinamento prévio, recolhidos muitas vezes nas ruas, limpavam os pavimentos e as dependências dos oficiais e eram "porta-cartuchos", ou seja, levavam a carga dos canhões.

Com a urbanização, no final do século XIX, nossas crianças, sobretudo as filhas de imigrantes, tornaram-se pequenos operários e operárias. Vicente Connucci e Angelina Rossi são nomes sem rosto desses bravos pequenos que enfrentavam as terríveis máquinas têxteis, tão velozes e capazes de arrancar-lhes as mãozinhas. Outros "bambini" aprendizes eram brutalmente espancados por patrões quando não davam conta de serviços nas 12 horas de trabalho em sinistras fábricas sem ventilação, iluminação e banheiros.

NO final do século XIX, já se falava em "meninas perdidas" como hoje. Moças pobres, negras ou brancas, eram severamente julgadas por médicos, juristas e jornalistas, quando, sem condições mínimas de sobrevivência ou defesa, eram defloradas e estupradas. Em meio à miséria, como era difícil alcançar o status de ofendida! E os pequenos vagabundos? Aqueles sobre os quais escreveu o poeta: "o dia inteiro pelas ruas anda/ enxovalhando, roto, indiferente/ mãos aos bolsos, olhar impertinente/ um machucado chapeuzinho à banda". Já em 1906 eram responsáveis por 26% da "gatunagem" praticada na cidade de São Paulo.

Enfim, do passado aos nossos dias, muitas coisas mudaram na vida das crianças brasileiras. Outras, nem tanto. Mas só conhecendo e compreendendo as distorções a que foram submetidas teremos condições de transformar seu futuro. E de nos transformamos por intermédio delas.

MENINAS: CIRANDA E SEXUALIDADE

Duas imagens de meninas: na primeira, a pequerrucha — deve ter quatro ou cinco anos — empurra valentemente o carrinho de brinquedo pela rua esburacada do bairro. Entre panos, um bebê de plástico adormeceu com os solavancos. Ela para, de vez em quando, para examinar seu sono de boneca. A mãe, ao lado, empurra o outro carrinho, esse de verdade, no qual irá levar a filhinha para casa depois da manhã de brincadeiras na praça.

Outra cena: um pequeno colégio de bairro. Hora do recreio. Nada mais bonito do que as vizinhas estridentes, o riso, a alegria das crianças. Correm, jogam bola, divertem-se no gira-gira, pulam corda. Mas tudo isso é "quebrado" por uma música que, de imediato, não reconheço. Não é Ciranda-cirandinha, nem A linda rosa juvenil! Outras meninas -entre sete e oito anos — se põem a dançar. Os corpinhos infantis e as perninhas magras vibram em contorcionismos. As cabecinhas viravolteiam, jogando os cabelos num pêndulo frenético. Os diminutos quadris sobem e descem buscando a "boquinha da garrafa". A professora, entre conformada e cética, sorri. O recreio prossegue "tranquilo".

As imagens fazem o historiador pensar: que cultura é a nossa, na qual convivem modelos tão opostos para as meninas? Num primeiro, ela inscreve-se numa tradição onde a maternidade e tudo o que

a cerca são valorizados: a família, a casa, os costumes tradicionais. No outro, o que preocupa todas nós, mães: a sexualidade precoce, as gestações de adolescentes, a supervalorização do corpo, o hedonismo crescente gerando "paquitas", "tchans" e outras aberrações. Quantas garotinhas não são fotografadas, fantasiadas à la Carla Perez, à la Xuxa, a boquinha borrada de batom e as mãos de restos de esmalte: pequenas e tristes caricaturas do pior que pode produzir o mundo dos adultos...

A história do Brasil mostra que o segundo modelo, que aproxima brutalmente a menina de sua sexualidade, não é novidade. Mestre Gilberto Freyre, remexendo velhos documentos do século XVIII, comprovou que era costume jovens senhores de engenho estuprarem meninas escravas com a finalidade de transmitir-lhes sífilis e curarem-se. Os Inquisidores do Santo Ofício passavam batido por casos em que homens maduros sodomizavam meninas de sete anos.

Perseguiam-se os adultos "per desperdício de sêmen" — pecado gravíssimo, associado ao nanismo — e não por pedofilia. Em 1735, um ouvidor português em viagem pelos sertões mineiros esbarrou em uma jovem mãe de dez anos. Leocádia era seu nome, tinha três filhos e vivia amancebada desde os oito. Mereceu de sua pluma graves considerações. Viajantes estrangeiros que cruzaram o Brasil, durante o século XIX, não deixaram de perceber, escandalizados, a forma pela qual a criança entrava precocemente no mundo dos adultos. Vestiam-se como eles, fumavam, davam ordens aos gritos, distribuía chutes e pontapés reproduzindo a violência da sociedade escravista. * [*Mary Del Priore (org.). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.*]

O Brasil de hoje não é o do século retrasado. Mas, sob novas formas, o historiador percebe velhas permanências. A menina que, no passado, servia de vacina para a sífilis do sinhozinho está, hoje, nas páginas da internet, nos sites de pornografia infantil. A reação hoje, diferentemente daquela do Inquisidor do século XVIII, não é o silêncio. Mas o grito de horror.

Qualquer mãe, qualquer cidadão em sã consciência sente-se repugnado, revoltado, de estômago virado diante das imagens veiculadas em jornais e televisões sobre o assunto. Não se pode imaginar as doces criaturas que brincam no recreio em poses lascivas, estendendo os bracinhos magros, abrindo as perninhas para o monstruoso internauta! Ou pode-se?

A mediação não estaria, justamente, na "dança da boquinha da garrafa" no recreio ou em programas de televisão infectos, que injetam nos mais desprotegidos dos seres -nossas crianças — imagens repulsivas que elas acabam imitando para riso e deleite, primeiro do papai e da mamãe e, depois, para o de pedófilos como Luis Marcelo dos Santos? Ele não confessou que vendia fotos de crianças de três, quatro e cinco anos fazendo sexo com adultos por simples "prazer"? O que não sentiria, vendo ao vivo e em cores, as pequerruchas no recreio?

Não há explicação científica, nem "freudiana" que dê conta, para pais e mães saudáveis, da doença da pedofilia. Mas os sintomas que podem alimentá-la estão aí para quem quiser ver. A luta contra a pornografia infantil deve ser implacável. Incansável.

Mas é preciso estarmos atentos contra práticas vividas socialmente, que só corroboram no silêncio sobre a iniciação precoce de nossas filhas. A responsabilidade dessa luta não pode ser apenas do Estado, mas de cada um. Não estará na hora de repensarmos a péssima influência de certos programas de televisão, atores e atrizes, revistas, discos e quejandos na fabricação de milhares de crianças que, cada vez mais, os imitam aceitando se deixar explorar sexualmente, na maioria das vezes com a conivência dos pais, pois acostumaram-se todos a tomar a representação do que viram na televisão pelo concreto de suas vidas, o imaginário da "paqueta" pelo real da menina que rebola na escola?

Ou continuaremos como o Inquisidor seiscentista em silêncio, deixando "passar batido", preocupados que estaremos com outros pecados sociais?

CRIANÇAS DE RUA

Quem não passou por esta cena? No farol fechado, sentados ao volante pressentimos a mãozinha que se estende, entre brincalhona e curiosa, para o vidro do carro: "Tem um trocado, tia?". Nunca temos o trocado ou, tão pouco, paciência. Na verdade, o hábito de crianças mendigando nos cruzamentos da cidade tornou-se tão corriqueiro que, apesar de sua presença constante, não as vemos mais. A história do Brasil, pode dar, contudo, uma explicação para essa nossa insensibilidade. Pouca gente sabe que as "crianças de rua" existem desde o século XVI. Vieram de Portugal nas naus que trouxeram ao Brasil os primeiros padres jesuítas. Encontradas nos portos e mercados, onde tentavam sobreviver realizando pequenos furtos ou serviços, foram arrebanhadas para ajudar na missão da catequese. Vestidas de "anjo", com asas e roupinhas brancas, tocando instrumentos e cantando, saíam nos cortejos pelo "sertão": verdadeiras iscas para atrair "indiozinhos" para as escolas jesuíticas, então conhecidas como "casas de meninos".

No século XVIII, com a urbanização do Brasil Colônia, o número de crianças abandonadas pelas ruas de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo cresceu. Mães pobres, livres ou escravas, que sobreviviam à custa de trabalhos intermitentes, não tinham escolha quando o preço dos alimentos subia muito.

Ora abandonavam seus rebentos em praias, portas de igrejas e terrenos baldios, ora os encaminhavam à roda das Santas Casas de misericórdia. No primeiro caso, as crianças frequentemente morriam de frio, fome ou devoradas por animais domésticos — que naqueles tempos viviam soltos pelas ruas da cidade. Vários bispos paulistas queixaram-se às autoridades por se encontrarem despojos de crianças mortas no lixão da cidade. A cena lhes era familiar, pois as janelas do palácio episcopal davam para uma ribanceira na Sé onde, então, se jogavam detritos. Nas famosas "rodas de expostos" — cilindros que giravam para dentro dos muros das Santas Casas -as crianças eram geralmente deixadas à noite. O escuro encobria o anonimato dos abandonos. A mãe aí se limitava a depositar o bebê, tocando um sino para despertar a atenção do funcionário encarregado de vir recolher o "enjeitado". Muitas delas deixavam bilhetinhos explicando as razões do abandono, pedindo cuidados para o filhinho e prometendo vir buscá-lo quando pudessem. Pobreza, doenças, morte de um dos genitores e bastardia são as razões mais invocadas nessas tristes mensagens. Os reencontros eram raros, pois os índices de mortalidade infantil, nessas instituições, oscilavam em torno de 50 a 70%.

No século XIX, a promulgação da Lei do Ventre Livre aumentou mais ainda o abandono. Para fugir ao texto da lei que exigia dos senhores cuidar dos filhos das suas escravas, eles obrigavam as mães a abandonar seus pequerruchos. O artigo segundo da mesma lei dispunha sobre o destino dado a essas crianças: inicialmente, elas eram encaminhadas para estabelecimentos públicos ou instituições autorizadas pelo governo. Se sobreviviam, meninos a partir dos sete anos iam trabalhar em troca de teto e comida no Arsenal da Marinha. Meninas seguiam nas mesmas condições para o Recolhimento das Órfãs. Se insistiam em viver, aos catorze anos podiam empregar-se, recebendo salários. Outra prática que acabou lançando centenas de crianças à rua foi a de entregar recém-nascidos aos cuidados de amas de leite. Disseminada no século XIX, esta "moda" vinda da Europa levava os senhores a separarem suas escravas de seus filhos para obrigá-las a amamentar crianças brancas. Não foram poucas as teses defendidas na Academia de Medicina do Rio de Janeiro que bramiam contra senhores que comercializavam escravas recém-paridas: "É necessário reprimir o abuso dos senhores de escravos, que mandam lançar na Roda ou abandonam os ingênuos com o fim de alugarem as mães", denuncia uma delas.

No início da industrialização em São Paulo, crianças pequenas eram empregadas na indústria e

em toda a sorte de manufatura, atendendo a anúncios como o publicado no Estado de S. Paulo, em agosto de 1875: "Na rua São Bento n.85 admitem-se meninos de 10 anos para cima para aprenderem ofício de empalhador e envernizador e marceneiro". Eram corriqueiros, nas fábricas, os acidentes em que as crianças tinham braços e mãos despedaçados por não conseguirem lidar com máquinas complicadas durante exaustivas jornadas. No ano de 1920, a participação da mão de obra infantil no setor secundário era da ordem de 7% e jornais como O Jornal do Comércio e o Estadão seguiam noticiando a vida desumana dessas crianças. Na época, criticando as instalações das fábricas, que compara a "velhos pardieiros", um parlamentar acrescentava preocupado: "As crianças ali vivem na mais detestável promiscuidade... falta-lhes ar e luz; o menino operário, raquítico doentezinho, deixa estampar na fisionomia aquela palidez cadavérica e aquele olhar sem brilho que denunciam o grande cansaço e a perda gradativa da saúde".

Se voltarmos à cena do farol, não teremos dificuldade em reconhecer o mesmo "olhar sem brilho" na criança que nos estende a mão. Na verdade, nosso país tem uma tradição de centenas de anos de insensibilidade diante da infância pobre e desvalida. Apesar do assunto ser plataforma política nos anos de eleição, poucos cidadãos se importam com o que acontece fora da janela do carro. É como se esses anos de descaso tivessem ajudado a cristalizar uma espécie de histórica indiferença com relação a tal assunto. Se a história pode nos ajudar a compreender que nossas reações têm uma profunda marca cultural, ela talvez nos ajude a assumir uma nova postura perante essa situação. Estender a mão de volta para a criança não significa "dar o trocado". Isso pode até acontecer. Mas a verdadeira mudança consiste em apoiar, com todas as forças, aqueles que concretamente possam fazer alguma coisa para mudar esse estado de coisas.

TESTEMUNHAS E VÍTIMAS

A primeira cena é clássica: a criança abre o presente, sorri, está contente. Mas a segunda cena também: muxoxos, palavras condescendentes, troca de implicâncias entre os pais. Seus corpos falam sem nada dizer. A tensão aumenta. A corrente elétrica instala-se entre polos contrários. Eles se evitam, se procuram, se encostam, se irritam. Uma pergunta aciona a descarga: "Mas o que é que você tem?".

A tal pergunta assinala o mal-entendido, a distância entre o que cada um deseja, a falha na demanda nunca atendida. As portas batem, os lábios cerram-se, as lágrimas rolam, os insultos explodem contra a parede. Eles se dizem coisas inomináveis. E no interior dessa cena onde cada um tem seu lugar, percebe-se furtivamente uma criança que chora, refém da tormenta entre seus pais. É a criança a quem se pede que seja testemunha, que escolha um campo. Começa assim, muitas vezes, o duro aprendizado da separação.

Cada vez mais crianças "veem esse filme". Na vida real, ou na virtual que lhes apresenta a televisão, lá está a briga, a violência, a disputa. Natural e incorporada ao cotidiano, sua reprodução é tão mais perigosa quanto ela não dá espaço para que a criança se revolte e diga: basta!

Mas há ainda outra cena na qual a criança ouve: "É para o seu bem". E em nome desse bem quantas punições injustas, humilhações arbitrárias e violências cometidas. Quantos pequenos corpos não trazem as marcas desse texto ilegível? O pior é quando paira um silêncio suspeito na cena e a cortina cai. Diante do mutismo da criança, os pais concluem: "Ela é difícil...".

Vivendo numa sociedade açodada pela violência de fora (nas ruas, na cidade, no mundo) poucos de nós se dá conta da violência de dentro: no coração do social, na família. Alguns especialistas têm chamado a atenção para a "surdez psíquica" dos adultos; surdez que os impede de ouvir a voz das

crianças. Afinal, não são elas que nos colocam as perguntas mais radicais ou espinhosas? "Por que vocês brigam?" é uma delas. Muitos pais negam a violência por sua total incapacidade de elaborá-la ou porque preferem reproduzi-la "para educar". Não são poucos os que ainda não entenderam que a infância é lugar de alegria, sonho e felicidade. Ou, como dizia Cecília Meirelles: "Nossa infância é o último esquecimento, derradeiro consolo e suprema poesia de nossa existência. Tudo mais pode cobrir-se de sombras — nossa infância será um sol nítido — mesmo quando não haja sido tão brilhante, nem feliz". Boas palavras, as da educadora e poetisa, para serem sempre lembradas.

NOSSO COMBATE À VIOLÊNCIA

Mães e pais de adolescentes estão aflitos. As saídas noturnas de seus filhos geram, a cada dia que passa, a cada jornal que se lê, mais e mais apreensão. O zelo ou a preocupação excessiva são plenamente justificáveis. Sabe-se que as grandes cidades vêm batendo recordes de violência e os jovens são suas maiores vítimas. Mas são, igualmente, seus maiores alvos. A demora em um sinal, um esbarrão em uma boate cheia, podem ser fatais. Em São Paulo se é covarde, é impiedosamente fulminado por um tiro. No Rio de Janeiro, gangues de lutadores de artes marciais acertam suas contas com murros, balas ou a patética exposição dos genitais.

Um problema só brasileiro? Não! As democracias europeias, por exemplo, vêm se confrontando com o aumento brutal da violência cometida por menores. Lá, a preocupação de erradicar a violência soma-se ao esforço de tentar inseri-lo em um tecido social desgastado e atingido pelo risco do desemprego e da pauperização.

Na França, verdadeiras batalhas campais entre a polícia e os jovens da periferia parecem demonstrar que estes, dilapidando ônibus e queimando carros, recusam a ordem estabelecida, querendo afirmar ao mesmo tempo sua exclusão.

No "laboratório social" que continua sendo a Escandinávia, menores transgressores são gentilmente tratados como "problemas sociais". Nos Estados Unidos, o problema foi inicialmente resolvido pelo abandono das zonas em que se concentrava a insegurança — as "inner cities" — pela população de maior poder aquisitivo. Na Inglaterra e na Alemanha, assistiu-se a reabertura das instituições para jovens delinquentes. A preocupação é uma só: evitar a contaminação, criar barreiras contra a incivilidade, circunscrever o horror. Multiplicam-se, assim, os guetos.

Nos Estados Unidos, a reticência da população branca em conviver com as minorias raciais confundiu-se com a preocupação em prevenir-se contra a insegurança. No Brasil, copiamos o modelo ao criar enclaves residenciais altamente protegidos: alarmes, cães de guarda e guaritas armadas tentam confortar o medo. Mas tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos, o lema é um só: "tolerância zero"! Cada país, do seu jeito e segundo sua cultura, tenta abordar o problema de maneira a baixar a criminalidade entre os jovens.

A tarefa não é fácil. Nos Estados Unidos, venceu a estrita aplicação da doutrina dita "da vidraça quebrada". A pequena delinquência — quebrar um vidro, por exemplo — é considerada tão grave quanto o grande crime. Os métodos musculosos do prefeito Rudolph Giuliani transformaram Nova York numa ilha de paz.

Na França, o aumento da criminalidade juvenil, associado ao fracasso de políticas de integração de imigrantes por meio do serviço social ou de associações como clubes e sindicatos, levou ao aprimoramento da polícia e à análise da dimensão política do movimento de jovens saídos das imigrações norte-africanas. Na Inglaterra, os "bobies", símbolos da repressão civilizada, investiram em

tornar-se uma polícia próxima da comunidade. Na Suécia, o movimento de "Mães e Papais Urbanos", associação de adultos, patrulha e vigia as comunidades.

NO Brasil vemos associar-se a pauperização dos moradores de guetos vizinhos aos bairros de classe média à barbárie dos jovens da mesma classe média, destituídos de mínimos valores de cidadania. Mas como impor, aqui, a "tolerância zero"? É inegável que o Estado tem de fazer sua parte, reeducando policiais, aparelhando delegacias, pagando salários adequados a quem, teoricamente, expõe sua vida para salvar vidas. Mas está provado que deve haver uma adesão da sociedade a tais mudanças. A começar pela "tolerância zero" dentro de casa.

É fundamental que, como cidadãos, os pais se conscientizem de que devem implicar-se na luta contra a delinquência juvenil. É preciso dizer não: não incentivar a violência, não incentivar a velocidade, não incentivar apenas os valores materiais. E preciso também valorizar o papel da comunidade, do bairro, do clube. É sabido que em espaços onde os valores comunitários são mais fortes, a violência é mais fraca. Basta, enfim, de encarar a violência como algo banal e endêmico, fruto da sociedade moderna! É preciso que cada um de nós faça algo, se não por si próprio, por seus filhos.

UMA HISTÓRIA DE SINGULARIDADES

Oito horas da manhã: céu de brigadeiro e mar de ouro. Na praia, sob os coqueiros, um grupo se movimenta com extrema delicadeza. Os corpos se dobram aos movimentos impostos pela professora. Na coleira, cães observam atentos seus donos. Seguem com os olhos aflitos o balé dos adoradores do sol. Nas mesas de cimento, o jogo corre solto. Uma cesta pousada no chão garante o lanche que será repartido. Alguns casais preferem caminhar — não importa como — juntos. O fazem mão na mão. Nessa fotografia, o tempo é outro. Lento, ele perturba os ritmos da cidade mergulhada em velocidade. Fora dessa tela macia, a rapidez triunfou como uma forma de conquista do espírito e da civilização. Onde os pássaros outrora voavam, hoje domina o jato. Sobre monstruosos abismos marinhos, pairam engenhocas flutuantes. Na terra, tudo foi criado para anular o passo cadenciado e firme do homem. No terreno metafísico, a velocidade poderia ser pensada como um fator auxiliar da vitalidade. Ser rápido significa estar vivo "mais tempo". A rapidez, assim como o primeiro passo na Lua, marcou a chegada a um novo mundo. Uma fratura separa o mundo lento daquele acelerado.

Uma tribo de adoradores do sol habita o primeiro deles. Eles correspondem a uma parcela da população brasileira a que é negada toda a visibilidade social. Não rebolam nas revistas nem nas telas. Não precisam de bisturis nem de silicone. Têm outra beleza. Beleza imune à velocidade excessiva, lúdica e trágica. Cada ruga conta uma bela história de vida. São nossos velhos. Somos nós amanhã, herdeiros infelizmente de uma sociedade cujos valores mais importantes são a juventude e o progresso.

Inventado nos anos 60, o conceito de "aposentadoria" permitiu empurrar para bem longe as verdadeiras marcas da idade. O futuro renasceria cor-de-rosa. Atividade, dinamismo e vitalidade seriam a tônica de segundas carreiras escolhidas para participar, outra vez, da corrida da vida. Há, contudo, um momento em que se chega ao planeta dos adoradores do sol. Embora sua população aumente nas estatísticas, não temos para eles serviços ou projetos. Pior, Na terra dos "mais turbinados", eles significam "menos": menos capacidade física, menos vivacidade intelectual, menos tudo. Muitos deles não estão sob o sol, mas dependentes e condenados a receber de outrem o que lhes falta. Ler, contudo, esse momento da vida como um acúmulo de perdas é um equívoco. A velhice, ao contrário, é uma rica e longa história de singularidades. Em nossa louca corrida, o valor simbólico da idade só pode ajudar a aprender a envelhecer. Chega de eufemismos do tipo "quarta idade", que só revelam nossa angústia diante

de um processo ao qual podemos e devemos dar um sentido. Caminhemos sem medo para a lentidão. Lentidão que, como diz o filósofo, esposa a eternidade.

FONTE ARQUIVO .TXT

Grupo do Google LIVROS VIRTUAIS



Digitalização, Revisão e Formatação
Dayse Duarte

FORMATAÇÃO .EPUB



2013